



02

Suspendisse lorem augue, rutrum vitae
enim eget, tincidunt scelerisque erat.
Nam sed elit aliquet dictum.

Simulado Final **SEFA PA**

Auditor Fiscal de Receitas Estaduais Pós-Edital



Simulado Especial

Simulado Final SEFA PA – Cargo: Auditor Fiscal de Receitas Estaduais

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso da SEFA PA;
- 2 – A prova contém **180 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com 05 alternativas.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-Final-Sefa-PA-Auditor>

01 – (A B C D E)	31 – (A B C D E)	61 – (A B C D E)	091 – (A B C D E)	121 – (A B C D E)	151 – (A B C D E)
02 – (A B C D E)	32 – (A B C D E)	62 – (A B C D E)	092 – (A B C D E)	122 – (A B C D E)	152 – (A B C D E)
03 – (A B C D E)	33 – (A B C D E)	63 – (A B C D E)	093 – (A B C D E)	123 – (A B C D E)	153 – (A B C D E)
04 – (A B C D E)	34 – (A B C D E)	64 – (A B C D E)	094 – (A B C D E)	124 – (A B C D E)	154 – (A B C D E)
05 – (A B C D E)	35 – (A B C D E)	65 – (A B C D E)	095 – (A B C D E)	125 – (A B C D E)	155 – (A B C D E)
06 – (A B C D E)	36 – (A B C D E)	66 – (A B C D E)	096 – (A B C D E)	126 – (A B C D E)	156 – (A B C D E)
07 – (A B C D E)	37 – (A B C D E)	67 – (A B C D E)	097 – (A B C D E)	127 – (A B C D E)	157 – (A B C D E)
08 – (A B C D E)	38 – (A B C D E)	68 – (A B C D E)	098 – (A B C D E)	128 – (A B C D E)	158 – (A B C D E)
09 – (A B C D E)	39 – (A B C D E)	69 – (A B C D E)	099 – (A B C D E)	129 – (A B C D E)	159 – (A B C D E)
10 – (A B C D E)	40 – (A B C D E)	70 – (A B C D E)	100 – (A B C D E)	130 – (A B C D E)	160 – (A B C D E)
11 – (A B C D E)	41 – (A B C D E)	71 – (A B C D E)	101 – (A B C D E)	131 – (A B C D E)	161 – (A B C D E)
12 – (A B C D E)	42 – (A B C D E)	72 – (A B C D E)	102 – (A B C D E)	132 – (A B C D E)	162 – (A B C D E)
13 – (A B C D E)	43 – (A B C D E)	73 – (A B C D E)	103 – (A B C D E)	133 – (A B C D E)	163 – (A B C D E)
14 – (A B C D E)	44 – (A B C D E)	74 – (A B C D E)	104 – (A B C D E)	134 – (A B C D E)	164 – (A B C D E)
15 – (A B C D E)	45 – (A B C D E)	75 – (A B C D E)	105 – (A B C D E)	135 – (A B C D E)	165 – (A B C D E)
16 – (A B C D E)	46 – (A B C D E)	76 – (A B C D E)	106 – (A B C D E)	136 – (A B C D E)	166 – (A B C D E)
17 – (A B C D E)	47 – (A B C D E)	77 – (A B C D E)	107 – (A B C D E)	137 – (A B C D E)	167 – (A B C D E)
18 – (A B C D E)	48 – (A B C D E)	78 – (A B C D E)	108 – (A B C D E)	138 – (A B C D E)	168 – (A B C D E)
19 – (A B C D E)	49 – (A B C D E)	79 – (A B C D E)	109 – (A B C D E)	139 – (A B C D E)	169 – (A B C D E)
20 – (A B C D E)	50 – (A B C D E)	80 – (A B C D E)	110 – (A B C D E)	140 – (A B C D E)	170 – (A B C D E)
21 – (A B C D E)	51 – (A B C D E)	81 – (A B C D E)	111 – (A B C D E)	141 – (A B C D E)	171 – (A B C D E)
22 – (A B C D E)	52 – (A B C D E)	82 – (A B C D E)	112 – (A B C D E)	142 – (A B C D E)	172 – (A B C D E)
23 – (A B C D E)	53 – (A B C D E)	83 – (A B C D E)	113 – (A B C D E)	143 – (A B C D E)	173 – (A B C D E)
24 – (A B C D E)	54 – (A B C D E)	84 – (A B C D E)	114 – (A B C D E)	144 – (A B C D E)	174 – (A B C D E)
25 – (A B C D E)	55 – (A B C D E)	85 – (A B C D E)	115 – (A B C D E)	145 – (A B C D E)	175 – (A B C D E)
26 – (A B C D E)	56 – (A B C D E)	86 – (A B C D E)	116 – (A B C D E)	146 – (A B C D E)	176 – (A B C D E)
27 – (A B C D E)	57 – (A B C D E)	87 – (A B C D E)	117 – (A B C D E)	147 – (A B C D E)	177 – (A B C D E)
28 – (A B C D E)	58 – (A B C D E)	88 – (A B C D E)	118 – (A B C D E)	148 – (A B C D E)	178 – (A B C D E)
29 – (A B C D E)	59 – (A B C D E)	89 – (A B C D E)	119 – (A B C D E)	149 – (A B C D E)	179 – (A B C D E)
30 – (A B C D E)	60 – (A B C D E)	90 – (A B C D E)	120 – (A B C D E)	150 – (A B C D E)	180 – (A B C D E)

PORTUGUÊS

Adriana Figueiredo e Luiz Felipe Durval

TEXTO 1**PLANEJAMENTO URBANO PODE COMBATER O SEDENTARISMO**

Qual seria a melhor campanha para garantir a saúde da população? De vacinação, alimentação de qualidade, contra o fumo? Todas são importantes, mas o escritor Peter Walker afirma que o planejamento urbano é fundamental para resolver a equação. O motivo: as cidades têm que ser repensadas para estimular a atividade física, já que o sedentarismo é, atualmente, a quarta causa de mortes no mundo.

Mesmo reconhecendo que, com frequência, é difícil vencer a inércia, não se pode afirmar que não se exercitar é uma escolha pessoal. Se as cidades fossem mais convidativas, talvez o cenário fosse outro. Essa é a tese de Walker, que é comentarista político e ciclista, em seu livro recém-lançado: “A pílula milagrosa: por que um mundo sedentário está entendendo tudo errado”.

Ele diz que cerca de 1.5 bilhão de pessoas no planeta estão pondo em risco sua saúde a longo prazo. Todo ano, estima-se que 5.3 milhões morram por questões relacionadas ao estilo de vida sedentário – o equivalente à população da Noruega. No Reino Unido, 80% das crianças se exercitam tão pouco que há um risco grande de terem comprometimento do sistema cardiovascular, ossos frágeis e outras doenças crônicas.

Há mais estatísticas no livro, mas a intenção não é fazer com que ninguém se sinta culpado. Seu objetivo é o oposto: mostrar que tais padrões podem ser quebrados e que nunca é tarde para começar a se movimentar. Principalmente, é necessário cobrar do poder público políticas urbanas que estimulem a atividade física. O título dá o mapa da mina: a pílula milagrosa se refere a uma pesquisa realizada na Dinamarca que, ao longo de 15 anos, acompanhou 30 mil pessoas. Aquelas que pedalavam indo e vindo do trabalho apresentaram 40% a menos de chances de morrer no período do estudo.~

No mundo inteiro, houve um enorme declínio na movimentação natural, que foi sendo removida das nossas vidas – do controle remoto dos aparelhos de TV aos comandos elétricos dos carros, das escadas rolantes ao trabalho em regime de home office. Deveriam as políticas públicas municipais apostar em cidades com menos carros e mais ruas de pedestres e ciclovias; em mais parques e áreas de lazer dotadas de equipamentos – e, claro, em segurança para esses locais. Superar a inércia não seria tão complicado.

(Por Mariza Tavares. Disponível em <https://g1.globo.com/bemestar/blog/longevidade-modo-de-usar/post/2021/06/08/planejamento-urbano-pode-combater-o-sedentarismo.ghtml>. Adaptado)

01. O texto começa por uma sequência de perguntas cuja finalidade básica é

- a) testar os conhecimentos prévios do leitor, a fim de estimular seu interesse.
- b) direcionar a leitura do texto para um público específico.
- c) indicar o teor político do texto, que possui um caráter persuasivo.
- d) selecionar leitores que já tenham conhecimento sobre a temática.
- e) provocar uma reflexão no leitor, que possa ligá-lo à temática do texto.

02. A presença de dados estatísticos no texto tem a função de

- a) corroborar a tese defendida pelo autor do livro
- b) dar mais autoridade às informações prestadas no texto.
- c) demonstrar que atualmente as crianças estão mais propícias ao sedentarismo.
- d) indicar a preocupação de especialistas no assunto.

e) evidenciar um ponto de vista diferente sobre o mesmo tema.

03. Assinale a opção que apresenta o conector que tem seu significado indicado incorretamente.

- a) "Todas são importantes, **mas** o escritor Peter Walker afirma que o planejamento urbano é fundamental" (1º parágrafo) / oposição
- b) "**Mesmo** reconhecendo que, com frequência, é difícil vencer a inércia, não se pode afirmar" (2º parágrafo) / proporcionalidade
- c) "as cidades têm que ser repensadas **para** estimular a atividade física" (1º parágrafo) / finalidade
- d) "80% das crianças se exercitam tão pouco **que** há um risco grande" (3º parágrafo) / consequência
- e) "**já que** o sedentarismo é, atualmente, a quarta causa de mortes no mundo." (1º parágrafo) / causa

04. Assinale a opção que apresenta o termo cuja preposição é uma exigência de um termo anterior.

- a) "população da Noruega" (4º parágrafo)
- b) "período do estudo" (4º parágrafo)
- c) "saúde da população" (1º parágrafo)
- d) "comprometimento do sistema cardiovascular" (3º parágrafo)
- e) "ruas de pedestres" (5º parágrafo)

05. A palavra sublinhada é pronome em

- a) "é necessário cobrar do poder público políticas urbanas que estimulem a atividade física" (4º parágrafo)

b) "já que o sedentarismo é, atualmente, a quarta causa de mortes no mundo" (1º parágrafo)

c) "Ele diz que cerca de 1.5 bilhão de pessoas no planeta" (3º parágrafo)

d) "o escritor Peter Walker afirma que o planejamento urbano é fundamental para resolver a equação" (1º parágrafo)

e) "estima-se que 5.3 milhões morram por questões relacionadas ao estilo de vida sedentário"

06. Assinale a opção que indica o erro de norma culta presente no fragmento abaixo.

"Em relação à obrigação de ser feliz, ama-se os maus enquanto os bons esperam o encontro que os liberte da solidão".

- a) a falta de concordância na forma verbal "ama-se".
- b) a ortografia de "maus".
- c) a colocação pronominal em "que os liberte"
- d) uso inadequado do acento grave em "à obrigação".
- e) O emprego do conectivo "enquanto".

07. A frase em que o pronome oblíquo átono está empregado corretamente, segundo as regras da colocação pronominal, é:

- a) Ela não repassou-nos o recado ao receber o telefonema.
- b) Me agradou a forma como fui recebido.
- c) Seria-lhe propício entregar seu cargo.
- d) Deixando-me preocupado, saiu sem se despedir.
- e) Aquilo que move-nos deve ser prioridade.

08. "Alguns sofreram ferimentos leves; tudo porque não obedeceram ao aviso de NÃO DESATAR OS CINTOS". As letras maiúsculas foram empregadas para

- a) fazer uma citação.
- b) produzir ênfase.
- c) indicar discurso direto.
- d) expressar humor.
- e) expressar ironia.

09. A sequência de palavras cujos acentos são empregados pelo mesmo motivo é

- a) sofá - pó - bebê
- b) troféu - herói - lição
- c) saúde - egoísmo - país
- d) nó - aí - pé
- e) público - burocrático - bíceps

10. A frase em que a vírgula está empregada adequadamente é:

- a) Depois, de todo aquele incômodo, ele revelou a verdade.
- b) O sol, permanecerá durante toda o dia.
- c) É importante que, ao sair do local, todos sejam vigiados.
- d) As atualizações devem ocorrer mesmo que, o orçamento fique apertado.
- e) Aqueles senhores observavam, a movimentação das ruas.

TEXTO 2

IMPASSE EM NOVA CPMF ATRASA SEGUNDA FASE DA REFORMA TRIBUTÁRIA DO GOVERNO

A criação de um novo imposto sobre pagamentos nos moldes da antiga CPMF não recebeu o apoio necessário da base parlamentar do presidente Jair Bolsonaro (sem partido). Com isso, foi adiada mais uma vez a entrega da segunda fase da proposta de reforma tributária do Governo.

O líder do Governo na Câmara, deputado Ricardo Barros (PP-PR), agora diz que o Executivo só deve apresentar o texto caso haja 340 votos favoráveis. "Não houve ainda um acordo com os senhores líderes sobre um texto possível e continuaremos trabalhando para que ela [a reforma] possa avançar", disse.

O ministro Paulo Guedes (Economia) insiste na proposta como forma de desonerar empresas ao pagarem salários, principalmente devido à situação do que chama de 40 milhões de invisíveis identificados durante a pandemia. "Vamos ter que pensar em carteira verde e amarela, em desoneração da folha", afirmou Guedes.

"São vários capítulos [na reforma tributária]. Um desses capítulos é a desoneração da folha", disse Guedes. A proposta desenhada pelo ministro demanda a criação do tributo, mas ele defende que apenas para substituir os encargos trabalhistas. "Não vamos aumentar impostos, estamos substituindo", defendeu.

(Fábio Pupo e Iara Lemos. *Disponível em* folha.uol.com.br. Acessado em: 06.10.2020)

11. De acordo com a leitura do texto, a reforma tributária

- a) não foi aceita por trazer prejuízos aos empresários.
- b) não se resume ao benefício dado a empresas no pagamento de salários.
- c) inclui o aumento de impostos em benefício de empresas.
- d) foi descartada após falta de apoio parlamentar.
- e) não depende da aprovação parlamentar para sua implementação.

12. Quanto às regras de escrita, o acento grave está corretamente empregado em:

- a) O novo gabinete ficará à distância de 3 quilômetros do Congresso Nacional.
- b) Para cumprir seus compromissos, o presidente da Câmara foi à São Paulo.
- c) Devido às recomendações atuais, as sessões estão ocorrendo à distância.
- d) Empresários preferiam o novo imposto à continuar com o ônus na folha de pagamentos.
- e) Com o objetivo de aprovação da reforma, o ministro acompanha às movimentações do Congresso.

13. O conectivo destacado em "Embora tivesse apoio, a votação não ocorreu como o combinado" pode ser corretamente substituído por:

- a) Visto que
- b) Logo que
- c) Sem que
- d) Uma vez que
- e) Por mais que

14. É obrigatório o emprego da preposição DE antecedendo o vocábulo que em:

- a) O apoio que todos precisavam viria de um grupo improvável.
- b) A reunião que os candidatos compareceram foi longa.
- c) O documentário político que assisti ganhou o Oscar.
- d) O projeto que colaboramos teve grande aceitação popular.
- e) As metas que o gerente apresentou não foram fáceis de serem alcançadas.

15. A presença ou ausência de acento gráfico pode variar em uma mesma palavra a depender de sua flexão de número (singular ou plural). A palavra que melhor ilustra esse caso é:

- a) enjoo
- b) faísca
- c) ideia
- d) armazém
- e) anel

16. A concordância está correta na alternativa:

- a) Haveria bastantes dados se os falantes se sentissem mais à vontade com o gravador.
- b) Em uma pesquisa inicial, foi descrito, conforme relatado em artigos da área, inúmeros dados de fala.
- c) Tanto a língua escrita quanto a língua falada varia.
- d) Como demonstrado pela pesquisadora, existe evidências científicas da variação linguística.
- e) A pesquisa dos linguistas demonstram resultados muito interessantes.

17 - Assinale a opção que indica o erro de norma culta presente no fragmento abaixo.

"Todo o dia, pela manhã, a equipe que se preparava para a gravação era interrompida pelas vozes da multidão na medida em que o programa havia alcançado enorme sucesso de audiência."

- a) a colocação pronominal em "que se preparava".
- b) a ortografia de "multidão".
- c) a presença de artigo antecedendo o vocábulo "dia".
- d) a expressão "na medida em que".
- e) as vírgulas isolando "pela manhã"

18. Está empregado no pretérito mais-que-perfeito o verbo:

- a) Até os resultados, o engenheiro **terá assinado** o contrato.
- b) No ano passado, era o engenheiro quem **assinava** os contratos.
- c) O engenheiro **assinaria** o contrato no mês passado.
- d) O engenheiro **tinha assinado** o contrato.
- e) Se o engenheiro **assinasse** o contrato, todos ganhariam.

19. Em "A maioria dos candidatos estavam ansiosos pelo dia da prova. Poucos chegaram cedo ao local indicado", os dois períodos poderiam ser ligados pela conjunção

- a) portanto
- b) pois
- c) porquanto
- d) logo
- e) entretanto

20. Assinale a alternativa em que todas as palavras estão corretamente grafadas, segundo as normas ortográficas em vigor:

- a) paralisação - exceção - obsessão
- b) ancioso - estresse - perturbar
- c) atualização - vexame - enchente
- d) seção - opinião - entertido
- e) obscessão - enxame - estresse

MATEMÁTICA FINANCEIRA E ESTATÍSTICA

Carlos Henrique

21. Em um concurso para agente administrativo, 40% dos candidatos inscritos foram eliminados na prova de Língua Portuguesa, e a prova de Conhecimentos em Direito eliminou 40% dos candidatos restantes. Sabendo-se que 7200 candidatos não foram eliminados nessas duas provas, então o total de inscritos é igual a:

- a) 12.000
- b) 15.000
- c) 16.000
- d) 18.000
- e) 20.000

22. Uma dívida de R\$ 40.000 foi liquidada pelo valor de R\$ 90.000, pagos de uma única vez, dois anos após ter sido contraída.

Nesse caso, no regime de capitalização composta, a taxa anual de juros empregada nesse negócio foi de:

- a) 40%
- b) 42%
- c) 45%
- d) 48%
- e) 50%

23. A dívida referente à aquisição de um automóvel deverá ser liquidada pelo Sistema de Amortização Constante (SAC) por meio de 48 prestações mensais, a uma taxa de 2% ao mês, vencendo a primeira prestação um mês após a data de aquisição. Se o valor da última prestação é de R\$ 5.100,00, tem-se que o valor da 31ª prestação é igual a

- a) R\$ 5.800,00

- b) R\$ 6.000,00
- c) R\$ 6.400,00
- d) R\$ 6.500,00
- e) R\$ 6.800,00

24. Uma moto, cujo preço à vista é R\$ 20.200,00, é vendida em doze prestações consecutivas, mensais e iguais, sendo a primeira prestação paga um mês após a compra.

Se são cobrados juros compostos de 1% ao mês, o valor das prestações, em reais, é aproximadamente

Dado

$$(1,01)^{-12} = 0,8874$$

- a) 1684
- b) 1778
- c) 1794
- d) 1828
- e) 1896

25. No sistema de juros compostos, uma taxa de $x\%$ ao semestre, com capitalização quadrimestral, corresponde a uma taxa efetiva anual de:

- a) $(1 + 2x/3)^3$
- b) $(1 + x/3)^3 - 1$
- c) $(1 + 2x/300)^3$
- d) $(1 + 2x/300)^3 - 1$
- e) $1 - (1 + 2x/300)^4$

26. Um título é resgatado 2 anos antes do vencimento, segundo o critério do desconto racional composto. Se a taxa utilizada foi de 10% ao ano e o valor do desconto resultou em R\$ 4.620,00, o valor nominal do título é

- a) R\$ 26.620,00

- b) R\$ 26.015,00
- c) R\$ 25.410,00
- d) R\$ 24.805,00
- e) R\$ 24.200,00

27. Em uma operação de desconto comercial simples, um título de valor nominal de R\$ 78.000,00 foi descontado três meses antes do seu vencimento. A taxa de desconto corresponde a 36% ao ano. Qual foi o valor do desconto dessa operação?

- a) R\$ 6940,00
- b) R\$ 7020,00
- c) R\$ 7340,00
- d) R\$ 7560,00
- e) R\$ 7820,00

28. Assinale a opção que indica a taxa bimestral de juros que é equivalente a 48% ao ano, capitalizado mensalmente.

- a) 3,68%.
- b) 5,38%.
- c) 7,36%.
- d) 8,16%.
- e) 9,52%.

29. Uma pessoa investiu o seu dinheiro na aquisição de dois imóveis, um na cidade e o outro na praia. O imóvel da cidade ela pagou R\$ 400.000,00, enquanto que o da praia foi adquirido por R\$ 300.000,00.

Ao analisar o mercado, essa pessoa percebeu que as taxas anuais de valorização dos imóveis eram, respectivamente, igual a 10% ao ano e 13% ao ano. Com as informações apresentadas, determine após quantos anos,

aproximadamente, os imóveis terão o mesmo valor comercial.

(Use: $\log 2 = 0,301$, $\log 3 = 0,477$ e $\log 0,97 = -0,01$)

- a) 10 anos
- b) 15 anos
- c) 9 anos
- d) 13 anos
- e) 17 anos

Fator de Acumulação de Capital de uma Série de Pagamentos

s(n,i)	1%	2%	3%	4%	5%
1	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
2	2,01	2,02	2,03	2,04	2,05
3	3,03	3,06	3,09	3,12	3,15
4	4,06	4,12	4,18	4,25	4,31
5	5,10	5,20	5,31	5,42	5,53
6	6,15	6,31	6,47	6,63	6,80
7	7,21	7,43	7,66	7,90	8,14
8	8,29	8,58	8,89	9,21	9,55
9	9,37	9,75	10,16	10,58	11,03
10	10,46	10,95	11,46	12,01	12,58
11	11,57	12,17	12,81	13,49	14,21
12	12,68	13,41	14,19	15,03	15,92
13	13,81	14,68	15,62	16,63	17,71
14	14,95	15,97	17,09	18,29	19,60
15	16,10	17,29	18,60	20,02	21,58

Fator de Acumulação de Capital

(1+i) ⁿ	1%	2%	3%	4%	5%	6%	7%	8%
1	1,01	1,02	1,03	1,04	1,05	1,06	1,07	1,08
2	1,02	1,04	1,06	1,08	1,10	1,12	1,14	1,17
3	1,03	1,06	1,09	1,12	1,16	1,19	1,23	1,26
4	1,04	1,08	1,13	1,17	1,22	1,26	1,31	1,36
5	1,05	1,10	1,16	1,22	1,28	1,34	1,40	1,47
6	1,06	1,13	1,19	1,27	1,34	1,42	1,50	1,59

30. Uma aplicação consiste em 6 depósitos consecutivos, mensais e iguais no valor de R\$ 500,00 cada um. Se a taxa de juros compostos utilizada é de 5% ao mês, o montante, em reais, um mês após o último dos 6 depósitos, é

- a) 3460
- b) 3490
- c) 3520
- d) 3550
- e) 3570

X	Número de observações na amostra
1	10
2	20
3	40
4	120
5	10
TOTAL	200

31. A tabela apresentada mostra as frequências absolutas das observações de uma variável X em uma amostra de tamanho igual a 200. Nesse caso, se M_0 representa a moda da amostra, M_D , a mediana amostral e M_E , a média aritmética, então o produto $M_0 \times M_D \times M_E$ será igual a:

- a) 80
- b) 27
- c) 56
- d) 60
- e) 64

32. Uma população em uma certa região se encontra dividida em três estratos, com tamanhos, $N_1 = 128$, $N_2 = 192$ e $N_3 = 96$. Ao se realizar uma amostragem estratificada proporcional, 16 elementos da amostra foram retirados do primeiro estrato. Indique qual o número total de elementos da amostra.

- a) 36
- b) 48
- c) 52
- d) 64
- e) 72

A tabela a seguir apresenta as probabilidades de, em um certo dia, o time Snipers fazer 0, 1, 2 ou 3 gols em um jogo.

Número de gols	0	1	2	3
Probabilidade	0,4	0,2	0,1	?

33. A média do número de gols é:

- a) 1,2
- b) 1,3
- c) 1,4
- d) 1,5
- e) 1,6

34. A variância do número de gols é:

- a) 1,59
- b) 1,60
- c) 1,61
- d) 1,62
- e) 1,63

35. Em um hospital, 20% dos enfermos estão com COVID. Para dar continuidade às pesquisas que estão sendo realizadas para controlar o avanço deste tipo de infecção, cinco enfermos desse hospital são selecionados, ao acaso e com reposição.

A probabilidade de que exatamente três dos enfermos selecionados não estejam acometidos com COVID é igual a:

- a) 20,48%
- b) 21,36%
- c) 22,45%
- d) 23,67%
- e) 24,53%

36. Uma auditoria feita em uma empresa farmacêutica durante 10 anos (de 2011 a 2020), foi registrado, em cada ano, o faturamento anual

(Y) da empresa, em milhões de reais, e o respectivo investimento anual com pesquisa (X), em milhões de reais. Um modelo de regressão linear simples $Y_t = \alpha + \beta X_t + \varepsilon$, $t = 1, 2, \dots$ foi elaborado para se prever Y em função de X, considerando as informações registradas, em que Y_1 e X_1 são o faturamento e o investimento em pesquisa em 2011, Y_2 e X_2 são o faturamento e o gasto com marketing em 2012, e assim por diante. Os parâmetros α e β são desconhecidos e ε é o erro aleatório com as respectivas hipóteses do modelo de regressão linear simples.

As estimativas de α e β foram obtidas pelo método dos mínimos quadrados, e sabe-se que o valor da soma dos faturamentos e investimento em pesquisa de 2011 a 2020 foram, em milhões de reais, iguais a 360 e 60, respectivamente.

A estimativa do coeficiente angular da reta obtida por meio do método dos mínimos quadrados foi de 3.

A previsão do faturamento em um determinado ano, uma vez que a empresa investiu em pesquisa, nesse ano, 4 milhões de reais, é igual a:

- a) 30 milhões
- b) 32 milhões
- c) 35 milhões
- d) 36 milhões
- e) 39 milhões

37. Numa amostra de 30 pares de observações do tipo (x_i, y_i) , com $i = 1, 2, \dots, 30$, a covariância obtida entre as variáveis X e Y foi -2. Os dados foram transformados linearmente da forma $(z_i, w_i) = (-3x_i + 1, 2y_i + 3)$, para $i = 1, 2, \dots, 30$.

Qual o valor da covariância entre as variáveis Z e W transformadas?

- a) 41
- b) 36

- c) -7
d) 12
e) 17

38. Uma amostra aleatória de tamanho 5 é retirada de uma população e observa-se que seus valores, quando postos em ordem crescente, obedecem a uma Progressão Aritmética.

Se a variância amostral não viciada vale 40, qual é o valor da razão da Progressão Aritmética?

- a) 3
b) $5\sqrt{2}$
c) 4
d) $2\sqrt{5}$
e) 1

Tabela da Distribuição Normal Padrão
 $P(Z \leq z)$

z	0,0	0,01	0,02	0,03	0,04	0,05	0,06	0,07	0,08	0,09
0,0	0,5000	0,5040	0,5080	0,5120	0,5160	0,5199	0,5239	0,5279	0,5319	0,5359
0,1	0,5398	0,5438	0,5478	0,5517	0,5557	0,5596	0,5636	0,5675	0,5714	0,5753
0,2	0,5793	0,5832	0,5871	0,5910	0,5948	0,5987	0,6026	0,6064	0,6103	0,6141
0,3	0,6179	0,6217	0,6255	0,6293	0,6331	0,6368	0,6406	0,6443	0,6480	0,6517
0,4	0,6554	0,6591	0,6628	0,6664	0,6700	0,6736	0,6772	0,6808	0,6844	0,6879
0,5	0,6915	0,6950	0,6985	0,7019	0,7054	0,7088	0,7123	0,7157	0,7190	0,7224
0,6	0,7257	0,7291	0,7324	0,7357	0,7389	0,7422	0,7454	0,7486	0,7517	0,7549
0,7	0,7580	0,7611	0,7642	0,7673	0,7704	0,7734	0,7764	0,7794	0,7823	0,7852
0,8	0,7881	0,7910	0,7939	0,7967	0,7995	0,8023	0,8051	0,8078	0,8106	0,8133
0,9	0,8159	0,8186	0,8212	0,8238	0,8264	0,8289	0,8315	0,8340	0,8365	0,8389
1,0	0,8413	0,8438	0,8461	0,8485	0,8508	0,8531	0,8554	0,8577	0,8599	0,8621
1,1	0,8643	0,8665	0,8686	0,8708	0,8729	0,8749	0,8770	0,8790	0,8810	0,8830
1,2	0,8849	0,8869	0,8888	0,8907	0,8925	0,8944	0,8962	0,8980	0,8997	0,9015
1,3	0,9032	0,9049	0,9066	0,9082	0,9099	0,9115	0,9131	0,9147	0,9162	0,9177
1,4	0,9192	0,9207	0,9222	0,9236	0,9251	0,9265	0,9279	0,9292	0,9306	0,9319
1,5	0,9332	0,9345	0,9357	0,9370	0,9382	0,9394	0,9406	0,9418	0,9429	0,9441
1,6	0,9452	0,9463	0,9474	0,9484	0,9495	0,9505	0,9515	0,9525	0,9535	0,9545
1,7	0,9554	0,9564	0,9573	0,9582	0,9591	0,9599	0,9608	0,9616	0,9625	0,9633
1,8	0,9641	0,9649	0,9656	0,9664	0,9671	0,9678	0,9686	0,9693	0,9699	0,9706
1,9	0,9713	0,9719	0,9726	0,9732	0,9738	0,9744	0,9750	0,9756	0,9761	0,9767
2,0	0,9772	0,9778	0,9783	0,9788	0,9793	0,9798	0,9803	0,9808	0,9812	0,9817
2,1	0,9821	0,9826	0,9830	0,9834	0,9838	0,9842	0,9846	0,9850	0,9854	0,9857
2,2	0,9861	0,9864	0,9868	0,9871	0,9875	0,9878	0,9881	0,9884	0,9887	0,9890
2,3	0,9893	0,9896	0,9898	0,9901	0,9904	0,9906	0,9909	0,9911	0,9913	0,9916
2,4	0,9918	0,9920	0,9922	0,9925	0,9927	0,9929	0,9931	0,9932	0,9934	0,9936
2,5	0,9938	0,9940	0,9941	0,9943	0,9945	0,9946	0,9948	0,9949	0,9951	0,9952
2,6	0,9953	0,9955	0,9956	0,9957	0,9959	0,9960	0,9961	0,9962	0,9963	0,9964
2,7	0,9965	0,9966	0,9967	0,9968	0,9969	0,9970	0,9971	0,9972	0,9973	0,9974
2,8	0,9974	0,9975	0,9976	0,9977	0,9977	0,9978	0,9979	0,9979	0,9980	0,9981
2,9	0,9981	0,9982	0,9982	0,9983	0,9984	0,9984	0,9985	0,9985	0,9986	0,9986
3,0	0,9987	0,9987	0,9987	0,9988	0,9988	0,9989	0,9989	0,9989	0,9990	0,9990
3,1	0,9990	0,9991	0,9991	0,9991	0,9992	0,9992	0,9992	0,9992	0,9993	0,9993
3,2	0,9993	0,9993	0,9994	0,9994	0,9994	0,9994	0,9994	0,9995	0,9995	0,9995
3,3	0,9995	0,9995	0,9995	0,9996	0,9996	0,9996	0,9996	0,9996	0,9996	0,9997
3,4	0,9997	0,9997	0,9997	0,9997	0,9997	0,9997	0,9997	0,9997	0,9997	0,9998
3,5	0,9998	0,9998	0,9998	0,9998	0,9998	0,9998	0,9998	0,9998	0,9998	0,9998
3,6	0,9998	0,9998	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999
3,7	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999
3,8	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999
3,9	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000

39. A jovem cientista Corujinha decide testar uma hipótese em um experimento químico. Para testar $H_0: \mu \leq 10$ contra $H_1: \mu > 10$, sendo μ a média de uma variável populacional suposta normalmente distribuída com variância igual a 100, uma amostra aleatória simples de tamanho 25 foi obtida e resultou num valor da média amostral igual a 15,76. Diante de um nível de significância de 1%, o valor-p (nível crítico) correspondente e a decisão a ser tomada são respectivamente:

- a) 0,102 e não rejeitar H_0 .
b) 0,102 e rejeitar H_0
c) 2,88 e não rejeitar H_0
d) 0,002 e rejeitar H_0 .
e) 0,002 e aceitar H_0

40. Uma amostra aleatória de tamanho 400 revelou que 64% dos brasileiros acreditam em vida inteligente fora do planeta Terra. O intervalo de 95% de confiança para a proporção de brasileiros que acreditam em vida inteligente fora do planeta Terra é:

- a) $64\% \pm 3,8\%$
b) $64\% \pm 4,1\%$
c) $64\% \pm 4,7\%$
d) $64\% \pm 5,2\%$
e) $64\% \pm 5,8\%$

ADMINISTRAÇÃO E ÉTICA NA GESTÃO PÚBLICA

Stefan Fantini

41. O tipo de dominação, característico do modelo burocrático, baseado na lei, isto é, na legalidade das normas, nas regras e na disciplina é chamado de dominação

- a) institucional
- b) compulsória
- c) tradicional
- d) racional-legal
- e) carismática

42. Foco nos resultados, descentralização e horizontalização de estruturas são características típicas do modelo de administração pública

- a) Patrimonialista
- b) Burocrático
- c) Gerencial
- d) Monárquico
- e) Absolutista

43. O modelo de Administração Pública patrimonialista é caracterizado pela(o)

- a) combate ao nepotismo.
- b) ênfase no controle a priori.
- c) dominação racional-legal.
- d) confusão entre a coisa pública e a coisa privada.
- e) combate à corrupção.

44. De acordo com o Banco Mundial, são princípios da boa governança, EXCETO:

- a) responsabilidade
- b) legitimidade
- c) eficácia
- d) equidade
- e) transparência

45. De acordo com o Referencial Básico de Governança do TCU, a governança de órgãos e entidades da administração pública envolve três funções básicas, são elas:

- a) planejar, organizar e dirigir.
- b) avaliar, direcionar e monitorar.
- c) planejar, executar e avaliar.
- d) motivar, treinar e gerenciar.
- e) organizar, dirigir e controlar.

46. O tipo de *accountability* que ocorre por meio do controle e fiscalização mútua existente entre os poderes, ou então entre os órgãos, é chamado de:

- a) *accountability* vertical
- b) *accountability* societal
- c) *accountability* horizontal
- d) *accountability* social
- e) *accountability* integrada

47. As políticas públicas que tendem a causar poucos conflitos, uma vez que, apesar de os benefícios serem concentrados apenas para alguns grupos de atores da sociedade, os custos são "difusos" por toda a coletividade, são chamadas de

- a) políticas distributivas
- b) políticas de apoio
- c) políticas redistributivas
- d) políticas da sociedade
- e) políticas integradas

48. A análise de políticas públicas utilizada quando os custos e os resultados das políticas públicas podem ser traduzidos em unidades monetárias é chamada de

- a) Análise Custo-Efetividade
- b) Análise Efetividade-Benefício
- c) Análise Custo-Benefício
- d) Análise Benefício-Efetividade

e) Análise de Dados

49. Em relação à ética e democracia, todo cidadão tem direito a exercer a cidadania. Portanto,

- a) o cidadão deve somente exercer seus direitos garantidos constitucionalmente.
- b) na cidadania, direitos e deveres não estão relacionados e, portanto, não existe qualquer relação entre eles.
- c) o cidadão deve somente exercer seus deveres impostos constitucionalmente.
- d) a democracia existe apenas quando exercemos nossos deveres constitucionais.
- e) a expressão “exercer direitos de cidadão”, na verdade, envolve também o exercício dos deveres de cidadão.

50. A ética segundo a qual a boa vontade não é boa pelos seus “resultados”; ela é boa simplesmente pelo seu “querer bem”, ou seja, a moralidade é medida pelas “boas intenções” das condutas dos indivíduos, independentemente dos resultados obtidos, é chamada de

- a) Ética dos Bens
- b) Ética Formal
- c) Ética Informal
- d) Ética Valorativa
- e) Ética Empírica

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

51. A Administração Pública do Estado do Pará está subordinada a diversos princípios administrativos insculpidos expressa e

implicitamente no texto constitucional, a exemplo do princípio da

- a) razoabilidade, que impede ações públicas que possam limitar a atuação de particulares no exercício de suas atividades.
- b) legalidade, que impossibilita a prática de atos discricionários baseados em conveniência e oportunidade administrativa.
- c) moralidade, que se sobrepõe a todos os demais princípios previstos no texto constitucional.
- d) impessoalidade, que impede a vinculação de nomes de agentes públicos a obras e campanhas publicitárias realizadas pelo Poder Público.
- e) publicidade, que produz efeito apenas em relação aos atos administrativos que tenham o condão de atingir terceiros que se encontrem fora da Administração.

52. Doquinha, servidor chefe responsável pela gestão de pessoas na Secretaria da Fazenda do Pará, concedeu licença ao servidor Coxinha pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias. Após o transcurso desse período, Doquinha concluiu que não seria mais conveniente a concessão da licença, optando por revogá-la. Nesse caso e levando em consideração o entendimento jurisprudencial sobre o tema, pode-se afirmar que a revogação

- a) não é possível, em razão da incompetência de Bernardo.
- b) é possível, desde que seja com efeitos ex nunc.
- c) é possível, desde que seja com efeitos ex tunc.
- d) é possível, desde que seja motivada por ilegalidade no ato de licença
- e) não é possível, tendo em vista que ela não retroage.

53. O Estado do Pará pretende criar uma entidade da Administração Indireta com a finalidade de desempenhar funções tipicamente estatais. A entidade administrativa a ser criada não dependerá de inscrição de seus atos constitutivos no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou na Junta Comercial. Levando-se em consideração as informações do enunciado, pode-se concluir que a entidade possuirá a natureza jurídica de

- a) organização social.
- b) empresa pública.
- c) sociedade de economia mista.
- d) autarquia.
- e) fundação pública de direito privado.

54. O Estado do Pará manifestou recentemente o interesse em instituir uma fundação. Para que isso aconteça, devem ser observados os mandamentos constitucionais, que, entre outros, exigem que a autorização de sua instituição e a definição das áreas de sua atuação, respectivamente, devem ocorrer mediante

- a) lei específica e lei complementar.
- b) lei complementar e lei específica.
- c) lei específica e lei específica.
- d) lei complementar e lei complementar.
- e) lei específica e lei delegada.

55. Nos termos da Lei 10.520/02, o prazo de validade das propostas apresentadas em pregão será de

- a) 30 (trinta) dias, salvo se o edital estabelecer prazo maior.
- b) 45 (quarenta e cinco) dias, podendo ser computado em dobro em algumas situações.
- c) 60 (sessenta) dias, se outro não estiver fixado no edital.

d) 90 (noventa) dias, se outro não estiver fixado no edital.

e) 45 (quarenta e cinco) dias, se outro não estiver fixado no edital.

56. Considere os itens abaixo e aponte a alternativa correta:

I. O Poder Judiciário pode realizar o controle de legalidade de quaisquer atos editados pela Administração Pública.

II. Em algumas situações especiais, a exemplo do abuso de poder, o Poder Judiciário poderá realizar o controle de mérito dos atos editados pela Administração Pública.

III. O Poder Judiciário não pode realizar o controle do "motivo" alegado para a edição de ato administrativo, sob pena de interferir no mérito e invadir área privativa de atuação da Administração Pública.

IV. Os atos políticos estão sujeitos à apreciação jurisdicional, desde que causem lesão a direitos individuais ou coletivos.

No que concerne ao controle judicial dos atos administrativos, está correto o que consta APENAS em

- a) II, III e IV.
- b) I, II e III.
- c) II e III.
- d) I e IV.
- e) I.

57. Levando-se em consideração o texto da Constituição Federal, pode-se afirmar que a prestação de serviço público por particular é

a) possível apenas em situações excepcionais e quando o serviço puder ser remunerado por cobrança de tarifa.

- b) possível, na forma da lei, mediante concessão ou permissão, desde que precedida de licitação.
- c) possível apenas em relação aos serviços cuja titularidade não é exclusiva do Estado, dispensada a licitação.
- d) proibida, ainda que exista autorização legislativa.
- e) proibida, salvo quando for conveniente para a Administração Pública em razão da modicidade da tarifa a ser cobrada do usuário.

58. No que se refere à ação de improbidade administrativa, aponte a alternativa incorreta:

- a) Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
- b) A comissão processante dará conhecimento ao Ministério Público e ao Poder Judiciário sobre a existência de procedimento administrativo no órgão para apurar a prática de ato de improbidade.
- c) A representação, que será escrita ou reduzida a termo e assinada, conterá a qualificação do representante, as informações sobre o fato e sua autoria e a indicação das provas de que tenha conhecimento.
- d) O Ministério Público poderá, após ter conhecimento da instauração de procedimento administrativo para investigação de improbidade e desde que mediante requerimento, designar representante para acompanhá-lo.
- e) A aplicação de eventuais sanções independe da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas.

59. Nos termos da Lei 5.810/94, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado do Pará, o órgão oficial poderá opinar pela concessão da licença para tratamento de saúde em pessoa da família pelo prazo máximo de

- a) 30 (trinta) dias, renováveis por períodos iguais e sucessivos, até o limite de 3 (três) anos.
- b) 60 (sessenta) dias, renováveis por períodos iguais e sucessivos, até o limite de 2 (dois) anos.
- c) 30 (trinta) dias, renováveis por períodos iguais e sucessivos, até o limite de 2 (dois) anos.
- d) 60 (sessenta) dias, renováveis por períodos iguais e sucessivos, até o limite de 3 (três) anos.
- e) 30 (trinta) dias, renováveis por períodos iguais e sucessivos, até o limite de 4 (quatro) anos.

60. A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa. Pode-se afirmar que eventual sindicância ou processo administrativo disciplina derivam dos poderes

- a) regulamentar e de polícia.
- b) de polícia e hierárquico.
- c) hierárquico e regulamentar.
- d) disciplinar e de polícia.
- e) hierárquico e disciplinar.

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

61. Sobre prescrição e decadência, assinale a alternativa correta.

- a) É lícito às partes renunciarem à prescrição, desde que o prazo respectivo já se tenha consumado.
- b) A prescrição iniciada contra uma pessoa interrompe-se com sua morte e recomeça a correr contra seus sucessores.
- c) Não corre prescrição contra incapazes.
- d) É válida a renúncia à decadência fixada em lei.
- e) Prescreve em dez anos a ação indenizatória por danos morais e materiais decorrentes de atos de perseguição política com a violação a direitos fundamentais ocorridos durante o regime militar.

62. Sobre direitos reais sobre coisa alheia, assinale a alternativa correta.

- a) A coisa comum a dois ou mais proprietários pode ser dada em garantia real, na sua totalidade, com o consentimento da maioria.
- b) O credor anticrético tem direito de reter a coisa em seu poder, enquanto a dívida não for paga, pelo período máximo de dez anos.
- c) Constitui hipótese de vencimento antecipado da dívida garantida por penhor a impontualidade no pagamento de uma das prestações.
- d) O credor hipotecário está autorizado a ficar com o objeto da garantia se a dívida não for paga no vencimento.
- e) O herdeiro do devedor hipotecário pode remir parcialmente a garantia na proporção do seu quinhão.

63. Sobre modalidades de obrigações, assinale a alternativa correta.

- a) Na obrigação de dar coisa certa, os frutos pendentes são do devedor.
- b) Nas coisas determinadas pelo gênero e quantidade, a escolha pertence ao credor.

- c) Na obrigação de dar coisa certa, se a coisa se perder, sem culpa do devedor, antes da tradição, resolve-se a obrigação em perdas e danos.
- d) Se a obrigação for de restituir coisa certa, e esta, sem culpa do devedor, se perder antes da tradição, sofrerá o credor a perda, e a obrigação se resolverá.
- e) Na obrigação de dar coisa incerta, antes da escolha, não poderá o devedor alegar perda ou deterioração da coisa, salvo por caso fortuito ou força maior.

64. Sobre espécies de contratos, tomando-se por referência o contrato de compra e venda, assinale a alternativa correta.

- a) É lícito às partes deixarem ao arbítrio exclusivo de uma delas a fixação do preço.
- b) As despesas de tradição, a exemplo do frete, em regra correm por conta do comprador.
- c) É anulável a venda do ascendente ao descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido.
- d) O direito de retrovenda é intransmissível a herdeiros.
- e) A cláusula de preempção é aquela pela qual o vendedor de imóvel se reserva o direito de recobrá-la no prazo máximo de decadência de três anos.

65. Sobre separação extrajudicial, assinale a alternativa correta.

- a) A separação extrajudicial não pode ser efetivada quando houver filhos incapazes, mas poderá sê-lo havendo nascituro.
- b) A partilha de bens é obrigatória na separação extrajudicial.

- c) É lícita a renúncia de pensão alimentícia pelos cônjuges na separação extrajudicial.
- d) A escritura de separação extrajudicial não constitui título hábil para levantamento de importância depositada em instituições financeiras, o que dependerá de autorização judicial
- e) Cada cônjuge deverá estar assistido por seu próprio advogado no ato de lavratura da escritura da separação extrajudicial, sendo vedada a assistência por advogado comum ao casal.

DIREITO PENAL

Priscila Silveira

66. Em relação a aplicação da lei penal, assinale a alternativa que contém uma hipótese de extraterritorialidade incondicionada.

- a) Os crimes praticados por brasileiro.
- b) Os crimes contra a vida ou a liberdade do Vice-Presidente da República.
- c) Os crimes que, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir.
- d) Os crimes praticados contra o patrimônio ou a fé pública de uma sociedade de economia mista.
- e) Os crimes praticados em aeronaves ou embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, quando em território estrangeiro e aí não sejam julgados.

67. São elementos do fato típico, EXCETO:

- a) Resultado.
- b) Imputabilidade penal.
- c) Conduta.
- d) Nexo Causal.
- e) Tipicidade.

68. Em relação ao concurso de pessoas, considere os próximos itens.

- I – O ajuste prévio é um dos elementos do concurso de pessoas.
- II – Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, inclusive quando elementares do crime.
- III – Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um terço a metade.

Está correto apenas o disposto em:

- a) I, II e III.
- b) II.
- c) III.
- d) II e III.
- e) Nenhuma das alternativas.

69. José omitiu em documento público declaração que dele devia constar, com o intuito de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Na referida situação hipotética, José cometeu o crime de:

- a) Falsificação de documento público.
- b) Falsa identidade.
- c) Falsidade ideológica.
- d) Falsificação de sinal público.
- e) Falsificação de papéis públicos.

70. A conduta de solicitar ou receber dinheiro ou qualquer outra utilidade, a pretexto de influir em juiz corresponde ao delito de:

- a) Exploração de prestígio.
- b) Exercício arbitrário das próprias razões.
- c) Fraude processual.
- d) Favorecimento real.
- e) Tráfico de influência.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

71. Acerca do controle de constitucionalidade, marque a alternativa INCORRETA.

- a) Por força do princípio da subsidiariedade, a arguição de descumprimento de preceito fundamental só será admitida se não couber, na hipótese, outro meio capaz de sanar a lesividade.
- b) Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias.
- c) Para que a ação declaratória de constitucionalidade seja admitida, será preciso demonstrar, na petição inicial, que existe controvérsia doutrinária ou judicial a respeito da interpretação ou da aplicação da lei ou do ato normativo federal.
- d) Observado o prazo legal, para reformular o acórdão proferido em ação direta de inconstitucionalidade, qualquer legitimado ativo da ação poderá apresentar ação rescisória.
- e) Nem todos os que podem propor ação direta de inconstitucionalidade são legitimados à propositura da ação declaratória de constitucionalidade.

72. O Presidente da República, tendo ouvido o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, para pôr termo a grave comprometimento da ordem pública, decretou a intervenção federal no estado Alfa. No decreto, fixou o prazo de 180 dias, nomeou João da Silva, general do Exército, como interventor e definiu que a intervenção só se daria no âmbito do Executivo, na área de segurança pública. Logo

após, encaminhou o decreto para apreciação do Congresso Nacional. A respeito do caso narrado, aponte a alternativa correta.

- a) O Presidente da República não poderia ter decretado a intervenção federal sem a autorização do Congresso Nacional.
- b) A Constituição Federal, ao exigir a nomeação de interventor, proibiu que a função fosse exercida por militar, uma vez que o regime democrático não admite intervenção militar na autonomia dos entes federativos.
- c) O prazo limite para a duração da intervenção federal é de 30 dias, prorrogável uma vez, por igual período.
- d) A Constituição Federal exige que o decreto especifique a amplitude, o prazo e as condições de execução da intervenção federal. No caso narrado, o Presidente deixou de listar as condições de execução, tendo atendido as duas primeiras exigências.
- e) Comprometimento da ordem pública não é razão suficiente para decretar a intervenção federal, dada a subjetividade da análise.

73. Com o propósito de estabelecer medidas reguladoras da economia, o Presidente da República editou medida provisória (MP) para aumentar a alíquota de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para compra de moeda estrangeira. A MP foi imediatamente enviada ao Congresso Nacional, com a devida justificativa de relevância e de urgência. A medida não passou por comissão e foi levada diretamente ao Plenário da Câmara dos Deputados para votação, tendo sido aprovada, sem modificação, pela metade mais um dos presentes, sendo certo que a maioria absoluta dos parlamentares estava na sessão. No Senado, foi aprovada por maioria simples em um só turno. Em seguida, o Presidente da Mesa do

Congresso Nacional fez a promulgação. A respeito do caso narrado, aponte a assertiva incorreta.

- a) A medida provisória foi rejeitada pelo Senado Federal, uma vez que o quórum exigido para a sua aprovação é o de maioria absoluta.
- b) A MP deveria ter sido analisada por comissão mista antes de seguir ao Plenário da Câmara dos Deputados, motivo pelo qual o vício formal apresentado é suficiente para gerar a declaração de inconstitucionalidade da lei promulgada.
- c) No processo legislativo da medida provisória, a Casa Iniciadora deve ser necessariamente a Câmara dos Deputados.
- d) Medidas provisórias aprovadas pelo Congresso Nacional, sem modificação, não se submetem à sanção e nem veto.
- e) A nova alíquota do IOF pode ser aplicada imediatamente, uma vez que a medida provisória tem força de lei e o citado imposto não se sujeita à cláusula de anterioridade tributária.

74. Lei do Município de Balneário de Camboriú dispôs sobre o serviço local de gás canalizado, o que violou a Constituição Federal no que concerne à repartição de competências. Inconformado, o Governador de Santa Catarina pretende combater a inconstitucionalidade da lei municipal por meio de ação do controle abstrato de constitucionalidade. A respeito do caso narrado, aponte a assertiva correta.

- a) A lei municipal poderá ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade da competência do Supremo Tribunal Federal.
- b) O Governador de Santa Catarina não tem legitimidade para propor ação de controle abstrato de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.

c) A inconstitucionalidade da lei municipal só poderá ser analisada pelo Supremo Tribunal Federal pela via incidental.

d) A lei municipal poderá ser combatida perante o Supremo Tribunal Federal por meio da arguição de descumprimento de preceito fundamental.

e) a lei municipal só poderia ser questionada, mediante controle abstrato de constitucionalidade, perante o Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

75. A respeito do Poder Constituinte Derivado Reformador, nos termos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, indique a alternativa correta.

a) Apenas o Presidente da República e um terço dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal têm iniciativa no processo legislativo das emendas à Constituição.

b) Uma proposta de emenda à Constituição para ser aprovada depende da aprovação em dois turnos de votação em cada Casa do Congresso Nacional, com quórum de maioria qualificada de dois terços, no mínimo, em cada turno, em cada Casa.

c) Por força do princípio da irrepetibilidade, matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa, salvo mediante solicitação da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.

d) A Constituição Federal não poderá ser emenda durante o ano eleitoral. Trata-se de limitação circunstancial ao poder de reforma da Constituição.

e) No processo legislativo das emendas à Constituição, a única participação do Presidente da República é na iniciativa, porque não é dada ao Chefe do Executivo a competência para

sancionar, promulgar e publicar emenda, diferentemente do que se dá no processo de criação das leis.

76. Gastón é argentino nato e brasileiro naturalizado. Em 2020, em viagem para a Argentina, após ter adquirido a nacionalidade brasileira, matou um antigo desafeto. Em 2021, a Argentina solicitou ao Brasil a extradição de Gastón. A respeito do caso narrado, indique a assertiva correta, como prescreve a Constituição Federal.

- a) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, os pedidos de extradição formulados por Estados estrangeiros.
- b) A Constituição Federal não admite a extradição de brasileiros.
- c) A Constituição Federal apenas permite extradição de brasileiro naturalizado por crime praticado antes da naturalização.
- d) Gastón poderá ser extraditado, desde que cumpridas as formalidades da lei brasileira.
- e) Gastón não poderá ser extraditado do Brasil, porque o crime de homicídio foi praticado após a naturalização, momento em que a Constituição Federal apenas admite a extradição por tráfico ilícito de substância entorpecente e drogas afins.

77. A respeito da competência para legislar sobre direito tributário, indique a alternativa incorreta.

- a) A competência legislativa é privativa da União.
- b) A competência é concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal.
- c) Os Estados exercem competência suplementar sobre o tema.
- d) A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

e) Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

78. Com relação às funções institucionais do Ministério Público, considere:

- I. requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais.
- II. promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos na Constituição.
- III. promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.
- IV. exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedada a representação judicial e permitida a consultoria jurídica de entidades públicas.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) I, II e III.
- d) I, II e IV.
- e) I, III e IV.

79. João, Maria e seus dois filhos são venezuelanos e residem no Brasil, clandestinamente, há dois anos ininterruptos. Os filhos do casal estão em idade escolar. João foi contaminado pelo COVID-19 e precisa de atendimento médico. Maria trabalha em condição irregular em fábrica de laticínios. Sobre

a história narrada, à luz da Constituição Federal, indique a única alternativa correta.

- a) João, por ser estrangeiro em condição irregular no Brasil, não tem o direito de ser atendido gratuitamente em hospital público, uma vez que os direitos sociais são extensíveis apenas aos brasileiros e aos estrangeiros que residem legalmente no Brasil.
- b) Maria, embora estrangeira em condição irregular no Brasil, tem o direito de usufruir dos direitos trabalhistas previstos na Constituição Federal, dentre os quais o direito ao salário mínimo definido por lei, férias, um repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos, jornada máxima diária de trabalho de oito horas e semanal de 44 horas.
- c) Os filhos de João, por serem estrangeiros e não possuírem a documentação necessária, não poderão ser matriculados em escola pública.
- d) João poderia ser extraditado do Brasil, na hipótese de ter cometido crime na Venezuela, ainda que a acusação no Estado estrangeiro seja a de crime de opinião.
- e) Maria, embora exerça no Brasil atividade laboral, por ser estrangeira, não pode ser integrada à previdência social.

80. A Constituição Federal descreveu o processo legislativo de sete espécies normativas primárias. Na criação de algumas dessas espécies, há a participação do Presidente da República, mas há também aquelas construídas tão somente pelo Poder Legislativo, sem nenhuma atuação do Executivo. Dentre as assertivas abaixo, indique aquela que contém espécie normativa que pode ser criada sem nenhuma participação do Presidente da República.

- a) Emendas à Constituição Federal.
- b) Leis Complementares.

c) Medidas Provisórias.

d) Leis Ordinárias.

e) Leis Delegadas.

81. A respeito da competência para legislar sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente, indique a alternativa correta, conforme disposto na Constituição Federal.

- a) Compete privativamente à União legislar sobre dano ao meio ambiente, embora a competência para legislar sobre proteção do meio ambiente e controle da poluição seja concorrente.
- b) Sendo a responsabilidade por dano ao meio ambiente decorrente dos assuntos de interesse regional, conforme a realidade do lugar, a competência legislativa é privativa dos estados e do Distrito Federal.
- c) A União, mediante lei complementar, poderá delegar aos estados e ao Distrito Federal a competência para legislar sobre assuntos específicos pertinentes ao dano ao meio ambiente.
- d) A competência para legislar sobre dano ao meio ambiente é concorrente, cabendo à União dispor sobre as normas gerais e, aos estados, sobre as normas específicas.
- e) As normas gerais supervenientes editadas pela União acerca do tema revogam as leis estaduais nos pontos contrários.

82. A respeito dos direitos políticos, indique a assertiva correta.

- a) A soberania popular será exercida mediante sufrágio universal e por voto direto, secreto, com valor igual para todos. O sufrágio ativo corresponde ao exercício dos direitos políticos e o sufrágio negativo corresponde à restrição de exercício dos direitos de votar e/ou de ser votado.

b) João foi condenado por improbidade administrativa, de maneira que, como consequência, sofreu também a suspensão dos direitos políticos. Assim, no período da condenação, João não poderá concorrer a mandato eletivo e nem ocupar cargo ou emprego público, embora não esteja impedido de votar.

c) A condenação criminal transitada em julgado provoca a suspensão dos direitos políticos enquanto perdurarem os efeitos da condenação. Entretanto, segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, se a pena privativa de liberdade for convertida em restritiva de direitos, não haverá impedimento de exercício dos direitos políticos.

d) A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor um ano após a sua publicação. Essa garantia constitucional é conhecida como anterioridade eleitoral e constitui garantia individual do eleitor, sendo por isso considerada cláusula pétrea que não pode ser abolida nem mesmo por emenda à Constituição Federal.

e) A ação de impugnação de mandato eletivo deve tramitar em segredo de justiça e só poderá ser proposta perante a Justiça Federal no prazo de quinze dias contados da diplomação.

83. Conforme redação do artigo 92 da Constituição Federal, são órgãos do Poder Judiciário, exceto o que consta em

a) Conselho Nacional de Justiça.

b) Juiz Militar.

c) Tribunal Regional Eleitoral.

d) Superior Tribunal de Justiça Desportiva.

e) Tribunal Superior do Trabalho.

84. A respeito dos direitos e deveres individuais e coletivos, indique a assertiva correta.

a) É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que corresponderá necessariamente à área de um Município.

b) É plena a liberdade de associação, inclusive a de caráter militar.

c) Uma associação que tiver finalidade ilícita poderá ser compulsoriamente dissolvida por decreto do prefeito, desde que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, uma vez que os direitos fundamentais não têm caráter absoluto.

d) Os tratados internacionais sobre direitos humanos são incorporados automaticamente ao ordenamento jurídico brasileiro com força emenda à Constituição.

e) As normas definidoras de direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

85. A Constituição Federal proíbe o tratamento diferenciado entre brasileiros natos e naturalizados, salvo os casos em que prevê expressamente em seu texto. Conforme disposto na Lei Maior, é privativo de brasileiro nato o cargo de

a) Ministro das Relações Exteriores.

b) Ministro da Justiça e Segurança Pública.

c) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

d) Deputado Federal.

e) General do Exército.

86. A respeito do controle de constitucionalidade, indique a alternativa correta

a) No controle abstrato de constitucionalidade da competência do Supremo Tribunal Federal, não se aplicam hipóteses de impedimento e nem de

suspeição de Ministro, salvo por razões de foro íntimo suscitadas pelo próprio Ministro.

b) Segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, a perda superveniente de representação no Congresso Nacional causará a desqualificação do partido político para a propositura da ação direta de inconstitucionalidade.

c) A arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) tem por objeto ato do Poder Público que causa ou possa causar lesão a preceito fundamental, razão pela qual admite-se a sua utilização para questionar enunciados de súmulas vinculantes.

d) Declarada a inconstitucionalidade de lei, em sede de controle concentrado de constitucionalidade, os efeitos da decisão produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário, do Poder Legislativo e do Poder Executivo, bem como à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

e) Da decisão proferida em ação direta de inconstitucionalidade (ADI), não cabe recurso, exceto embargos declaratórios. Observado o prazo legal, para reformular o acórdão proferido em ADI, qualquer legitimado ativo da ação poderá apresentar ação rescisória.

87. O Presidente da República editou medida provisória para reformulação do ensino médio. A Rede Sustentabilidade, partido político com representação no Senado Federal, ingressou com ação direta de inconstitucionalidade, sob alegação de que a medida provisória não atende aos requisitos relevância e urgência. A respeito do tema, nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, aponte a assertiva correta.

a) O partido político não tinha legitimidade para ingressar com ação direta de inconstitucionalidade, uma vez que é pressuposto indispensável a representação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

b) Medidas provisórias não são leis e não podem ser combatidas por meio da ação direta de inconstitucionalidade.

c) É vedada a edição de medida provisória sobre educação e ensino.

d) Inexistindo comprovação da ausência de urgência, não há espaço para atuação do Poder Judiciário no controle dos requisitos de edição de medida provisória pelo chefe do Poder Executivo.

e) Não cabe ao Judiciário a análise da urgência da medida provisória, de modo que apenas ao Presidente da República foi atribuída a prerrogativa de verificar a necessidade ou não de fazer uso da espécie normativa, conforme as prioridades de seu governo.

88. Acerca dos conceitos, das classificações das constituições e da Constituição Federal de 1988 (CF/88), indique a opção correta.

a) Constituições cesaristas são aquelas impostas, criadas sem a participação popular.

b) Quanto ao modo de elaboração, a CF/88 é classificada como dirigente.

c) Conquanto as constituições históricas sejam juridicamente flexíveis, sob o aspecto político, são normalmente rígidas.

d) Constituição, na definição de Hans Kelsen, corresponde a uma decisão política fundamental.

e) No sentido sociológico, as constituições são normas puras, puro dever ser, puro dever fazer.

89. João da Silva, Presidente da República, declarou durante uma reunião ministerial que negros não podem ocupar cargos de alto escalão no Governo, motivo pelo qual exonerou José, Ministro do Planejamento, perante todos os que estavam presentes e determinou que os Ministros fizessem o mesmo em relação aos seus subordinados. A respeito do caso narrado, aponte a alternativa correta.

- a) João da Silva é inviolável civil e penalmente por suas opiniões e palavras, motivo pelo qual não poderá ser responsabilizado.
- b) O Presidente da República poderia ter sido preso em flagrante por racismo, crime inafiançável, sujeito à pena de reclusão. Na situação, a Câmara dos Deputados, por decisão de dois terços de seus membros, poderia decidir pela concessão da liberdade ao Chefe do Executivo.
- c) O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não poderia ser responsabilizado pelo ato, que é estranho ao exercício de suas atribuições.
- d) A instauração de inquérito e de processo contra o Presidente da República dependeriam da autorização da Câmara dos Deputados, por dois terços de seus membros.
- e) Compete ao Supremo Tribunal Federal, após autorização da Câmara dos Deputados, processar e julgar João da Silva pelo crime praticado. Após instauração do processo, o Presidente deve ser afastado do cargo por até 180 dias.

90. O deputado federal João Pereira (PPX-DF), defensor da reforma tributária, em mensagem de WhatsApp trocada com um jornalista, referiu-se ao deputado Marquinho Piauí (PPY-PI), parlamentar contrário à reforma, como “deputado do mal”, corrupto, covarde e frouxo.

Essas ofensas foram repetidas durante entrevista concedida a um programa de rádio. Inconformado, Marquinho Piauí apresentou queixa-crime contra João Pereira, por crime decalúnia e injúria, além de ter ingressado com pedido de indenização por dano moral. A respeito do caso narrado, considerando o disposto na Constituição Federal e conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a alternativa correta.

- a) João Pereira não está acobertado por imunidade material, uma vez que as ofensas foram proferidas fora do recinto da Câmara dos Deputados e por meio virtual.
- b) Pelo dano moral causado a Marquinho Piauí, o deputado federal somente poderá ser responsabilizado civilmente.
- c) Conquanto João Pereira não possa ser responsabilizado civilmente, poderá ser processado e julgado, durante o mandato, por crime contra a honra.
- d) João Pereira é inviolável civil e penalmente pelas palavras ditas, ainda que por meio virtual, uma vez que suas declarações estão relacionadas ao mandato de deputado.
- e) João Pereira somente poderá ser responsabilizado penalmente após o término de seu mandato parlamentar.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Raphael Lacerda

91. Sobre projeto, assinale a alternativa correta

- a) É repetitivo e sem um fim definido.
- b) É uma atividade contínua, rotineira, do dia a dia.

c) Torna-se oficialmente autorizado quando o termo de abertura é aprovado, sendo a aprovação uma atividade que se encontra fora dos limites do projeto.

d) Fornece ao cliente um produto singular, não exclusivo, a partir de um esforço temporário.

e) Só termina quando atingem os objetivos inicialmente estabelecidos.

92. Qual das opções abaixo NÃO é um motivo válido para determinar o término do projeto

a) atingiu seus objetivos

b) foi definido que é impossível de atingir os objetivos

c) necessidade deixou de existir

d) patrocinador deseja encerrá-lo

e) quando um marco do projeto, resultado do projeto de desenvolvimento de software, é entregue ao cliente, sendo este a principal representação de uma atividade de trabalho.

93. Assinale a alternativa correta

a) O objetivo do projeto é facilitar o gerenciamento eficaz desse trabalho a fim de atingir os objetivos de negócios estratégicos.

b) O objetivo do programa é priorizar a alocação de recursos necessários

c) Se o relacionamento entre os projetos for somente o de um cliente, fornecedor, tecnologia ou recurso compartilhado, o esforço deve ser gerenciado como um portfólio de projetos e não como um programa.

d) Um programa se caracteriza por projetos que se relacionam ainda que sejam de um mesmo cliente ou fornecedor. Já um projeto pode não fazer parte de um portfólio

e) O objetivo do portfólio é obter benefícios e controle não disponíveis ao gerenciar projetos individualmente

94. Sobre os tipos de escritório de projetos, a estrutura de escritório que possui um poder de controle médio, ou seja, fornece suporte e exige conformidade com metodologias por meio de adoção de estrutura ou a metodologia de gerenciamento de projetos é:

a) suporte

b) controle

c) diretivo

d) primário

e) gerenciamento

95. Sobre a diferença nas atividades do gerente de projetos (GP) e o escritório de projetos (PMO), assinale a alternativa correta

a) O PMO concentra-se nos objetivos especificados do projeto

b) O GP gerencia as principais mudanças do escopo do programa

c) O GP otimiza o uso de recursos organizacionais compartilhados

d) O PMO gerencia as restrições do projeto

e) O PMO gerencia as metodologias, padrões, riscos/oportunidades globais, as métricas

96. A Dos novos tipos de estrutura organizacional proposto pelo PMBOK6, a estrutura que possui grupos de trabalho organizados por um de produto, processos de produção, portfólio, programa, região geográfica e tipo de cliente é definida como:

- a) Orgânico ou simples
- b) Funcional
- c) Matriz equilibrada
- d) Virtual
- e) Multidivisional

97. Qual dos itens listados abaixo não é um exemplo de Bancos de Dados Relacional

- a) PostgreSQL.
- b) NoSQL
- c) SQL Server.
- d) MySQL.
- e) MariaDB

98. A transação tem como característica oferecer as propriedades atomicidade, consistência, isolamento e durabilidade. Uma vez que um dado é persistido na base de dados e a transação é finalizada, todas as atualizações feitas no devem permanecer no banco:

- a) exceto se a memória RAM do banco de dados falhar.
- b) mesmo que após o término da transação haja falhas no SGBD

c) exceto se a transação durar menos do que 5 segundos

d) exceto se um outra transação interferir no trabalho da transação atual.

e) Uma transação nunca é finalizada, exceto se o comando de rollback for feito.

99. Qual elemento descreve as características de uma entidade?

- a) relacionamento
- b) cardinalidade
- c) atributo.
- d) tabela associativa
- e) chave primária

100. Perspectiva do BSC que vem para viabilizar os objetivos propostos na perspectiva dos clientes, contribuindo para o objetivo principal do BSC, que é alcançar os objetivos financeiros da organização.

- a) cliente
- b) financeira
- c) processos internos
- d) melhoria contínua
- e) aprendizado e conhecimento

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fábio Dutra

101. No tocante ao tema “Administração Tributária”, dentro do que prevê o CTN, julgue as assertivas abaixo, e ao final, assinale a alternativa que representa a resposta correta:

- () Constitui dívida ativa tributária a proveniente de crédito dessa natureza, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado, para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular.
- () A dívida regularmente inscrita goza da presunção absoluta de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.
- () A lei poderá exigir que a prova da quitação de determinado tributo, quando exigível, seja feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado, que contenha todas as informações necessárias à identificação de sua pessoa, domicílio fiscal e ramo de negócio ou atividade e indique o período a que se refere o pedido.
- a) V, F, F
- b) V, F, V
- c) V, V, V
- d) F, V, F
- e) F, F, F

102. A respeito das imunidades tributárias, aponte a alternativa correta:

- a) A imunidade recíproca somente se aplica ao imposto incidente sobre serviço, patrimônio ou renda do próprio ente beneficiado, na qualidade de contribuinte de direito.
- b) A imunidade recíproca pode ser invocada para as contribuições previdenciárias e para as taxas.

- c) A Casa da Moeda do Brasil não foi alcançada pela imunidade recíproca.
- d) A imunidade recíproca alcança a Petrobras.
- e) A imunidade recíproca exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.

103. Assinale a alternativa correta:

- a) Os empréstimos compulsórios não se sujeitam ao princípio da anterioridade anual.
- b) O IPI se sujeita ao princípio da anterioridade anual.
- c) O IR se sujeita ao princípio da anterioridade anual.
- d) O IOF se sujeita ao princípio da anterioridade anual.
- e) O ITR não se sujeita ao princípio da anterioridade anual.

104. São normas complementares das leis, dos tratados e das convenções internacionais e dos decretos, exceto:

- a) os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas.
- b) as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa.
- c) as práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas.
- d) os convênios que entre si celebrem a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- e) a jurisprudência dos Tribunais Superiores.

105. Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com

este nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis:

- a) os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores.
- b) os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.
- c) os administradores de bens de terceiros, pelos tributos devidos por estes.
- d) os tutores e curadores, pelos tributos devidos por seus tutelados ou curatelados.
- e) o inventariante, pelos tributos devidos pelo espólio.

106. No tocante ao Simples Nacional, julgue as assertivas abaixo, e ao final, assinale a alternativa que representa a resposta correta:

- () A opção pelo Simples Nacional da pessoa jurídica enquadrada na condição de microempresa e empresa de pequeno porte dar-se-á na forma a ser estabelecida em ato do Comitê Gestor, sendo irretratável para todo o ano-calendário.
 - () Poderá enquadrar-se como MEI o empresário individual ou o empreendedor que exerça as atividades de industrialização, comercialização e prestação de serviços no âmbito rural que possua um único empregado que receba exclusivamente um salário mínimo ou o piso salarial da categoria profissional.
 - () Na hipótese de a microempresa ou a empresa de pequeno porte possuir filiais, o recolhimento dos tributos do Simples Nacional dar-se-á por intermédio da matriz.
- a) V, F, F
 - b) V, F, V
 - c) V, V, V
 - d) F, V, F
 - e) F, F, F

107. Considerando o tema exclusão do crédito tributário, à luz do que dispõe o Código Tributário Nacional, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

- () A isenção pode ser prevista em lei ou contrato.
 - () A isenção, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei ou contrato para sua concessão.
 - () A isenção pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante.
- a) V, F, F
 - b) F, F, V
 - c) V, V, F
 - d) F, V, V
 - e) F, V, F

108. A partir do que se estuda acerca das limitações constitucionais ao poder de tributar, aponte a alternativa correta:

- a) Ressalvadas as exceções, a anterioridade da lei tributária é uma regra que deve ser aplicada no caso de instituição ou modificação do tributo.
- b) A multa moratória não possui caráter confiscatório, independentemente do seu valor.
- c) O princípio da legalidade impõe a necessidade de lei, ordinária ou complementar, para instituição de tributos, não cabendo a edição de medida provisória.
- d) É vedado à União conceder incentivos fiscais em favor de Estado, Distrito Federal ou Município, ainda que destinados a promover o

equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do País.

- e) A imunidade dos partidos políticos também alcança as suas respectivas fundações.

109. Sobre o conceito de tributo, previsto no Código Tributário Nacional, e considerando a jurisprudência do STF, julgue os itens a seguir:

I – O fato de a LC 104/01 incluir a dação em pagamento em bens imóveis como forma de extinção do crédito tributário fez com que o conceito de tributo fosse prejudicado.

II – O tributo não constitui sanção por ato ilícito. Por essa razão, não há que se falar em princípio do não confisco sobre os tributos, já que confisco configura uma penalidade.

III – A atividade administrativa de cobrança de tributo é vinculada. Assim, a atividade de lançamento tributário também é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

Estão corretos os seguintes itens:

- a) I, II.
- b) I, II, III.
- c) I, III.
- d) II.
- e) III.

110. Acerca das contribuições sociais, aponte a alternativa correta:

- a) Existe a possibilidade de incidência monofásica, desde que regulamentada por meio de Decreto do Poder Executivo.
- b) Tais contribuições poderão incidir sobre importação e exportação de mercadorias.
- c) As contribuições sociais deverão ter alíquotas ad valorem, tendo por base o faturamento, a

receita bruta ou o valor da operação e, no caso de importação, o valor aduaneiro

- d) Nas operações de importação, a pessoa natural destinatária das operações de importação poderá ser equiparada a pessoa jurídica, na forma da lei.

- e) Os empréstimos compulsórios são classificados, em determinadas situações, como contribuições sociais.

111. Acerca das regras constitucionais acerca do ICMS, aponte a alternativa correta:

- a) Não incide sobre a entrada de bem ou mercadoria importados do exterior por pessoa física.

- b) Incide sobre a entrada de bem ou mercadoria importados do exterior por pessoa física, desde que seja contribuinte habitual do imposto.

- c) Em se tratando do ICMS incidente na importação, o imposto será devido ao Estado onde estiver situado o domicílio ou o estabelecimento do destinatário da mercadoria, bem ou serviço.

- d) O ICMS não incidirá sobre as operações de exportações, ficando, portanto, vedado o aproveitamento de créditos referentes às operações anteriores.

- e) O ICMS incidirá sobre o valor total da operação, quando mercadorias forem fornecidas com serviços compreendidos na competência tributária dos Municípios.

112. A respeito do crédito tributário, aponte a alternativa correta:

- a) decisão judicial liminar só suspende a exigibilidade do crédito tributário se for proferida em mandado de segurança.

- b) admite-se a denúncia espontânea no caso de tributo sujeito a lançamento por homologação

quando o contribuinte, declarada a dívida, efetua o pagamento, embora a destempo.

- c) o depósito só suspende a exigibilidade do crédito tributário se for integral e em dinheiro.
- d) A prescrição em matéria tributária extingue apenas a possibilidade de cobrança, sendo mantido o crédito tributário.
- e) Os estados-membros, quanto aos seus tributos, podem estabelecer regras próprias de decadência, desvinculadas daquelas previstas no Código Tributário Nacional.

113. De acordo com as teorias doutrinárias que envolvem a divisão das espécies tributárias, assinale a alternativa correta:

- a) A teoria bipartida divide os impostos em vinculados e não vinculados.
- b) O Supremo Tribunal Federal adotou a teoria tripartida (impostos, taxas e contribuições de melhoria).
- c) Os empréstimos compulsórios não podem ser categorizados como espécie tributária, eis que não representam exação de natureza tributária.
- d) O Código Tributário Nacional prevê que o fato gerador não é autossuficiente para definir a espécie tributária.
- e) A teoria pentapartida divide os tributos em impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições especiais.

114. Determinado município Brasileiro instituiu uma taxa com o objetivo de cobrá-la em contrapartida do serviço de coleta de lixo. Foi previsto que o valor dessa taxa seria calculado pela multiplicação da base de cálculo (número de metros quadrados do terreno do imóvel) pela alíquota definida na própria lei.

Com base na situação hipotética apresentada, julgue as assertivas abaixo, e ao final, assinale a alternativa que representa a resposta correta:

- () A taxa não pode ser instituída em contrapartida de serviço de coleta de lixo, por ser considerado inconstitucional pelo STF.
 - () A taxa deve ter o seu valor final definido diretamente em lei, não cabendo multiplicação de uma base de cálculo por alíquota, conforme prevê o CTN.
 - () Ao utilizar como base de cálculo a área do imóvel, a referida taxa padece de inconstitucionalidade, por ter a mesma base de cálculo do IPTU.
- a) V, F, F
 - b) V, F, V
 - c) V, V, V
 - d) F, V, V
 - e) F, F, F

115. Caso ocorra a criação de um território federal, a competência tributária será dividida da seguinte forma:

- a) Os impostos estaduais e municipais serão instituídos pelos Estados próximo do território federal.
- b) Os impostos estaduais e municipais serão instituídos sempre pela União.
- c) Os impostos estaduais serão instituídos pelos Estados próximo do território federal e os impostos municipais serão instituídos pela União.
- d) Os impostos municipais poderão ser instituídos pela União.
- e) Os impostos federais ali cobrados deverão ser destinados integralmente ao território federal.

116. Sobre o tema “obrigação tributária e fato gerador”, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

- () Fato gerador da obrigação principal é a situação definida na legislação tributária como necessária e suficiente à sua ocorrência.
- () Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.
- () Sujeito ativo da obrigação é a pessoa jurídica de direito público, titular da competência para exigir o seu cumprimento.
- () Salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos: tratando-se de situação de fato, desde o momento em que esteja definitivamente constituída, nos termos de direito aplicável.

- a) V, F, V, F
- b) F, F, F, V
- c) V, V, F, V
- d) F, V, V, F
- e) F, V, F, V

117. Acerca das taxas, assinale a afirmativa correta:

- a) admite-se a instituição de taxas por meio de decreto, desde que relativas à emissão de guias de pagamento de outros tributos.
- b) as taxas podem ter bases de cálculo próprias dos impostos.
- c) as taxas podem ser calculadas com base no capital social das empresas.
- d) as taxas podem se referir ao exercício regular do poder de polícia municipal.

e) as taxas podem se referir a serviço público gerais prestados à população, como a limpeza de logradouros públicos.

118. De acordo com o Código Tributário Nacional, a lei tributária:

- a) Deverá ser aplicada retroativamente, sempre.
- b) Em se tratando de infrações e penalidades, não poderá ser aplicada retroativamente, se o ato já tiver sido definitivamente julgado.
- c) Não poderá ser aplicada retroativamente, por violar o princípio da irretroatividade da lei tributária.
- d) A aplicação retroativa só poderá ocorrer na hipótese de lei expressamente interpretativa.
- e) A aplicação retroativa pode ocorrer apenas em se tratando de tributos, não alcançando penalidades pecuniárias.

119. Acerca da anistia, aponte a alternativa correta de acordo com o Código Tributário Nacional:

- a) A anistia e a remissão são sinônimos de exclusão do crédito tributário.
- b) A anistia pode alcançar as infrações cometidas posteriormente à vigência da lei que a concede.
- c) A anistia é sempre efetivada por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com a qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei para sua concessão.
- d) É possível que a anistia seja aplicável às infrações resultantes de conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas.
- e) A anistia não pode ser limitada a determinada região do território da entidade tributante.

120. A respeito da prescrição em matéria tributária, indique a alternativa correta:

- a) Trata-se de assunto que pode ser definido pelos entes federativos, por meio de lei ordinária.
- b) A prescrição se interrompe pela citação pessoal feita ao devedor.
- c) O termo inicial do lustro prescricional ocorre com a constituição definitiva do crédito tributário.
- d) O prazo prescricional é de 10 anos, conforme a jurisprudência pacífica do STF.
- e) A prescrição se interrompe pelo protesto judicial, mas não se interrompe por qualquer ato inequívoco ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

Rafael Rocha e Eduardo Rocha

121. De acordo com a lei complementar 58/06, em se tratando de empresa jurisdicionada nas unidades fazendárias de grandes contribuintes e substituição tributária, pode-se afirmar que, se a ação fiscal não for concluída dentro do prazo legal, ela retomará a sua espontaneidade pelo prazo de:

- a) 15 dias.
- b) 30 dias.
- c) 30 dias úteis.
- d) 45 dias.
- e) 60 dias.

122. De acordo com o Decreto nº 3.578/99, perderão o mandato os Conselheiros que:

- a) faltarem, sem justo motivo, a 3 (três) sessões consecutivas ou 6 (seis) alternadas, durante o período de 1 (um) ano calendário.
- b) deixar de relatar expedientes sob sua responsabilidade sem pedido de prorrogação ou justificativa, durante 2 (duas) sessões consecutivas àquela em que deveria ser relatado.
- c) solicitar prorrogações de prazos para relatar expediente sob sua responsabilidade 3 (três) vezes consecutivas ou, em relação a expedientes diversos, 6 (seis) vezes alternadas, durante o período de 1 (um) ano calendário.
- d) faltarem, sem justo motivo, a 2 (duas) sessões consecutivas ou 5 (cinco) alternadas, durante o período de 1 (um) ano calendário.
- e) solicitar prorrogações de prazos para relatar expediente sob sua responsabilidade 2 (duas) vezes consecutivas ou, em relação a expedientes diversos, 5 (cinco) vezes alternadas, durante o período de 1 (um) ano calendário.

123. Com base na legislação que rege o ITCMD no Estado do Pará, na hipótese de o inventário não ser aberto no prazo de 2 meses, a contar da abertura da sucessão:

- a) será aplicada multa de 5% do valor do imposto.
- b) será aplicada multa de 10% do valor do imposto.
- c) será aplicada multa de 15% do valor do imposto.
- d) será aplicada multa de 20% do valor do imposto.
- e) será aplicada multa de 300 UPF-PA.

124. Acerca da base de cálculo do ITCMD, assinale a opção incorreta:

- a) Não se deduzirá da base de cálculo do imposto, o valor de quaisquer dívidas que onerem o bem

ou direito, ou a sua forma de aquisição, nem mesmo as dívidas do espólio.

b) Em se tratando de ações representativas do capital de sociedade, a base de cálculo é determinada por sua cotação média na Bolsa de Valores na data da transmissão.

c) Em se tratando de imóvel urbano ou de direito a ele relativo, a base de cálculo corresponderá ao valor fixado para o lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU.

d) Na hipótese em que o capital da sociedade tiver sido integralizado em prazo inferior a cinco anos, mediante incorporação de bens imóveis ou de direitos a eles relativos, a base de cálculo do imposto não será inferior ao valor venal atualizado dos referidos bens imóveis ou direitos.

e) A base de cálculo na instituição do usufruto, por ato não oneroso será de 1/3 (um terço) do valor venal do bem.

125. De acordo com a lei estadual nº 6.182/98, julgue os seguintes itens acerca dos efeitos da consulta:

I. suspende o curso do prazo de recolhimento dos tributos não-vencidos à data em que for formulada.

II. exclui a punibilidade do consultante, no que se refere a infrações meramente formais.

III. impede ação fiscal a partir da apresentação da consulta até trinta dias da data da ciência.

IV. adquire o caráter de denúncia espontânea em relação a débito vencido até a data da ciência de sua solução pelo sujeito passivo, desde que, no prazo de trinta dias da data da intimação da solução, o sujeito passivo adote as demais providências previstas na legislação.

São corretos, apenas:

a) II e III.

b) II, III e IV.

c) I, III e IV.

d) I, II e IV.

e) I, II, III e IV.

126. De acordo com a lei estadual nº 6.182/98, os Conselheiros do TARF, por ocasião do julgamento no contencioso administrativo, deverão observar os precedentes judiciais firmados em determinadas situações. Assinale a opção incorreta:

a) quaisquer decisões do Supremo Tribunal Federal proferidas em sede de recurso extraordinário

b) súmulas do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, sobre direito local.

c) súmulas do Superior Tribunal de Justiça.

d) incidentes de resolução de demanda repetitiva.

e) quaisquer decisões do Plenário do Supremo Tribunal Federal proferida em controle concentrado de constitucionalidade.

127. Acerca do crédito relativo ao ativo permanente, assinale a opção incorreta de acordo com o RICMS-PA.

a) a apropriação dos créditos será feita à razão de um quarenta e oito avos por mês, devendo a primeira fração ser apropriada no mês em que ocorrer a saída do estabelecimento remetente.

b) na hipótese de alienação dos bens do ativo permanente, antes de decorrido o prazo de quatro anos contado da data da sua entrada no estabelecimento, não será admitido, a partir da data da alienação, o creditamento em relação à fração que corresponderia ao restante do quadriênio.

- c) ao final do quadragésimo oitavo mês contado da data da entrada do bem no estabelecimento, o saldo remanescente do crédito será cancelado.
- d) em cada período de apuração do imposto, não será admitido o creditamento em relação à proporção das operações de saídas ou prestações isentas ou não tributadas sobre o total das operações de saídas ou prestações efetuadas no mesmo período.
- e) serão objeto de outro lançamento, além do lançamento em conjunto com os demais créditos, em livro próprio ou de outra forma que a legislação determinar.

128. De acordo com o RICMS-PA e no que tange a incidência do ICMS, julgue os itens e assinale a opção correta.

- I. O ICMS incide no fornecimento de alimentação em hotéis, ainda que a alimentação esteja inclusa no preço da diária.
- II. Não Incide ICMS na saída efetuada por prestador de serviços gráficos na saída sob encomenda direta por adquirente que utilizará os impressos em etapa subsequente de comercialização.
- III. É irrelevante para a caracterização do fato gerador a natureza jurídica da operação que o constitua, porém é relevante o cumprimento de exigências legais, referentes às operações.
- a) Somente o item I está correto.
- b) Somente o item II está correto.
- c) Somente os itens II e III estão corretos.
- d) Nenhum item está correto.
- e) Somente os itens I e III estão corretos.

129. De acordo com a legislação tributária do Estado do Pará, o ICMS não incide sobre livro, assim considerado o volume ou tomo de

publicação de conteúdo literário, didático, científico, técnico ou de entretenimento.

Dentre as opções abaixo assinale aquela que apresenta um livro sob a ótica da legislação paraense, gozando assim da não incidência:

- a) Agendas.
- b) Livros pautados de uso comercial.
- c) Catálogos que contenham propaganda comercial.
- d) Livros com conteúdo impróprio para menores de 18 anos.
- e) Livros simplesmente pautados.

130. Acerca dos benefícios fiscais da isenção, da redução de base de cálculo e do crédito presumido, associe corretamente as colunas e assinale a sequência correta.

Coluna 1

- (I) isenção
- (II) redução da base de cálculo
- (III) crédito presumido

Coluna 2

- () tem como natureza jurídica a exclusão do pagamento do imposto.
- () é um benefício utilizado a cada operação ou prestação realizada pelo contribuinte, onde uma parcela do valor da operação ou prestação é subtraída.
- () trata-se de uma isenção parcial.
- () Salvo disposição em contrário, é um benefício fiscal utilizado somente no momento da apuração do imposto, no livro Registro de Apuração de ICMS, com vedação dos demais créditos fiscais.

- a) I – I – II – II
- b) II – II – III – II

- c) II – II – I – I
- d) I – II – II – III
- e) III – II – I – I

131. Contribuinte do ICMS é qualquer pessoa, física ou jurídica, que realize, com habitualidade ou em volume que caracterize intuito comercial, operações de circulação de mercadoria ou prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior. De acordo com o RICMS-PA são considerados contribuintes, exceto:

- a) a cooperativa.
- b) as entidades da administração indireta e as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, que pratiquem operações ou prestações de serviços relacionados com a exploração de atividades econômicas regidas pelas normas a que estiverem sujeitos os empreendimentos privados ou em que houver contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas.
- c) a sociedade civil de fim econômico ou não que explore estabelecimento de extração de substância mineral, de produção agropecuária ou industrial, ou que comercialize mercadorias, que, para esse fim, adquira ou produza.
- d) a instituição financeira e a seguradora, caso efetuem operações sujeitas ao imposto.
- e) o prestador de serviço compreendido na competência tributária do Município, sempre que houver fornecimento de mercadoria.

132. De acordo com a LC 24/75, a concessão de benefícios dependerá sempre de decisão unânime dos Estados representados em reunião em que todos os Estados/EF foram convocados. O prazo para a publicação da resolução adotada

na reunião ser publicada no Diário Oficial da União é de

- a) 10 dias.
- b) 15 dias.
- c) 20 dias.
- d) 30 dias.
- e) 60 dias.

133. A alíquota interna de ICMS nas operações com energia elétrica é de

- a) 7%.
- b) 12%.
- c) 17%.
- d) 28%.
- e) 25%.

134. O livro Fiscal que escritura o valor do saldo credor a transportar para o mês seguinte, quando o total dos créditos for maior que o dos débitos, o valor do recolhimento do imposto relativo à diferença de alíquotas, quando houver, é o

- a) Livro Registro de Apuração do ICMS.
- b) Livro de Entradas.
- c) Livro de Créditos Fiscais.
- d) SPED.
- e) Escrituração Fiscal Digital.

135. O termo inicial para a atualização monetária do imposto exigido através de Auto de Infração e Notificação Fiscal - AINF é

- a) nos casos em que a penalidade seja aplicada em relação ao valor da operação ou prestação, o dia da ocorrência do fato gerador.
- b) nos casos em que a penalidade seja aplicada em relação ao valor da operação ou prestação, o

dia do vencimento em que o imposto deveria ter sido recolhido.

- c) nos casos em que a penalidade seja aplicada em relação ao valor do imposto, o dia da ocorrência do fato gerador.
- d) em todos os casos, o dia da ocorrência do fato gerador.
- e) em todos os casos, o dia do vencimento em que o imposto deveria ter sido recolhido.

136. De acordo com a legislação do ICMS do Estado do Pará, o contribuinte deve efetuar estorno de crédito tomado, além de outras situações, sempre que a mercadoria entrada perecer, deteriorar-se ou for objeto de furto. Quando houver mais de uma aquisição ou prestação e não for possível determinar a qual delas corresponde a mercadoria ou serviço, o valor do crédito a ser estornado deverá

- a) ser calculado mediante a aplicação da alíquota vigente na data do estorno sobre o preço médio de aquisição ou do serviço tomado acrescido de uma margem de valor agregado definida em ato do Secretário Executivo da Fazenda.
- b) ser calculado mediante a aplicação da alíquota vigente na data da entrada da mercadoria sobre o preço médio de aquisição ou do serviço tomado
- c) ser calculado mediante a aplicação da alíquota vigente na data do estorno sobre o preço médio da mercadoria ou do serviço tomado.
- d) ser calculado mediante a aplicação da alíquota vigente na data da entrada da mercadoria sobre o preço mais recente da aquisição ou do serviço tomado.
- e) ser calculado mediante a aplicação da alíquota vigente na data do estorno sobre o preço mais recente da aquisição ou do serviço tomado.

137. de acordo com o Decreto 2.703/06, julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta.

- I. A fiscalização será exercida sobre todas as pessoas, físicas ou jurídicas, que estiverem obrigadas ao cumprimento das disposições da legislação do imposto, exceto aquelas que gozem de não-incidência ou isenção.
 - II. Salvo disposições de lei em contrário, as convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento do imposto, não podem ser opostas à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.
 - III. No caso de transferência da propriedade do veículo para pessoa domiciliada em outra unidade da Federação, será exigida a quitação integral do imposto, ainda que não tenha esgotado o prazo regulamentar para o seu pagamento.
- a) Todos os itens estão corretos.
 - b) Somente o item II está correto.
 - c) Somente o item III está correto.
 - d) Somente os itens II e III estão corretos.
 - e) Somente os itens I e III estão corretos.

138. De acordo com o Regulamento do IPVA do Estado do Pará, assinale a alternativa incorreta:

- a) São isentos os veículos automotores de propriedade da União.
- b) São isentas as máquinas agrícolas.
- c) São isentos os veículos com potência inferior a cinqüenta cilindradas.
- d) São isentos os veículos detentores de permissão para transporte público de passageiros (táxis e moto-táxis), desde que seu proprietário seja profissional autônomo habilitado no ramo, há pelo menos um ano, e

detenha a propriedade de apenas um veículo para exercício desta atividade.

e) São isentos os veículos pertencentes às missões diplomáticas, as repartições consulares e os membros do corpo diplomático e consular acreditado junto ao Governo Brasileiro, bem como os pertencentes aos funcionários estrangeiros das mencionadas missões, sob condição de reciprocidade de tratamento tributário no País sede da missão considerada.

139. De acordo com a legislação do IPVA do Estado do Pará, a alíquota para cavalos mecânicos, ônibus e aeronaves não destinadas à atividade comercial é de, respectivamente,

- a) 1%, 1% e 1%.
- b) 1%, 2,5% e 2,5%.
- c) 1%, 1% e 2,5%.
- d) 2,5%, 2,5% e 2,5%.
- e) 1%, 2,5% e 1%.

140. A Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários - TFRM tem por fato gerador o exercício regular do poder de polícia conferido ao Estado sobre a atividade de pesquisa, lavra, exploração e aproveitamento dos recursos minerários, realizada no Estado do Pará. O valor da TFRM por tonelada de minério extraído corresponderá a

- (A) 3 Unidades Padrão Fiscal do Estado do Pará - UPF-PA, vigente na data do pagamento, desconsiderando os rejeitos.
- (B) 3 Unidades Padrão Fiscal do Estado do Pará - UPF-PA, vigente na data do pagamento, incluindo os rejeitos.

(C) 6 Unidades Padrão Fiscal do Estado do Pará - UPF-PA, vigente na data do pagamento, desconsiderando os rejeitos.

(D) 6 Unidades Padrão Fiscal do Estado do Pará - UPF-PA, vigente na data do pagamento, incluindo os rejeitos.

(E) 3 Unidades Padrão Fiscal do Estado do Pará - UPF-PA, vigente na data do pagamento, desconsiderando os rejeitos, não se admitindo cálculo de montante proporcional à fração de tonelada.

CONTABILIDADE GERAL

Marcondes Fortaleza

141. Sobre o tema 'Ativo Intangível', marque a alternativa incorreta:

- a) Um exemplo de intangível não identificável é o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill).
- b) Não se deve reconhecer contabilmente marca ou patente para a qual a companhia detentora do direito de exclusividade na sua exploração não tenha incorrido em custo.
- c) Projeções econômicas acerca da performance do intangível, dentro de bases imparciais, embora auxiliem a administração na tomada de decisões, não são aconselhadas para definir as cotas de amortização.
- d) Intangíveis que forem individualmente transacionados devem ser contabilizados pelo custo incorrido na operação.
- e) Os intangíveis que estiverem inseridos no preço de aquisição pago por um negócio, e puderem ser tecnicamente identificados de modo confiável, devem ser contabilizados em separado do goodwill pelo seu valor justo.

142. Sobre a NBC TG 25 (R2), que trata de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, marque a alternativa correta.

- a) As demonstrações contábeis tratam da posição financeira da entidade no fim do seu período de divulgação e, em certa medida, da sua possível posição no futuro. Por isso, algumas provisões são reconhecidas para despesas que necessitam ser incorridas para operar no futuro.
- b) Uma obrigação envolve sempre outra parte a quem se deve a obrigação. Por isso, é necessário saber a identidade da parte a quem se deve a obrigação.
- c) As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pelo julgamento da administração da entidade, complementados pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes. As evidências consideradas não devem incluir qualquer evidência adicional fornecida por eventos subsequentes à data do balanço.
- d) Provisões para perdas operacionais futuras não devem ser reconhecidas.
- e) A taxa de desconto deve ser a taxa antes dos impostos que reflita as atuais avaliações de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para o passivo. A taxa de desconto deve refletir os riscos relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros tenham sido ajustadas.

143. A empresa MAVIFOR possuía as seguintes contas com os respectivos saldos em 30/12/2019: Duplicatas a Receber de Clientes: R\$ 300.000,00; Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa: R\$ 5.000,00; Caixa e Equivalentes de Caixa: R\$ 55.000,00; Contas a Pagar: R\$ 50.000,00 e Patrimônio Líquido: R\$ 300.000,00. No entanto, antes do

encerramento do período, a empresa realizou as seguintes transações em 31/12/2019:

- Desconto de uma duplicata de R\$ 10.000,00, 30 dias antes do vencimento, com taxa de desconto comercial de 5% ao mês.
- Reconhecimento da estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa. A empresa possui conhecimento de que 3% dos seus clientes nunca pagam suas dívidas.
- Recebimento de um adiantamento do cliente Pedro no valor de R\$ 7.000,00.
- Alienação de Bônus de Subscrição no valor de R\$ 6.000

Ao elaborar o balanço patrimonial de 31/12/2019, o total do patrimônio bruto e o valor do capital próprio da empresa MAVIFOR eram, respectivamente, em reais,

- a) 369.000,00 e 92.000,00.
- b) 363.500,00 e 297.000,00.
- c) 368.500,00 e 91.500,00.
- d) 368.500,00 e 302.000,00.
- e) 369.000,00 e 92.000,00.

144. Considere as seguintes informações sobre cinco ativos adquiridos pela companhia MAVIFOR:

- I. A Cia. Fez uma aplicação financeira em um fundo de investimento que rende 1% am, com resgate em 180 dias
- II. A Cia. adquiriu ações da Cia. C e as classificou como para negociação.
- III. A Cia. adquiriu da Cia. D um conjunto de máquinas especiais para revendê-los.
- IV. A Cia. adquiriu títulos para manter até o vencimento, sendo este em dois anos.
- V. A Cia. tem um terreno, que não está sendo usado nem alugado, onde ela pretende construir futuramente uma filial.

A correta classificação dos ativos no balanço patrimonial, seguindo a ordem apresentada será:

- a) investimento, circulante, imobilizado, investimento e imobilizado.
- b) circulante, circulante, imobilizado, realizável a longo prazo e imobilizado.
- c) circulante, circulante, circulante, realizável a longo prazo e investimento.
- d) realizável a longo prazo, investimento, circulante, circulante e investimento.
- e) investimento, investimento, circulante, circulante e investimento.

145. Sobre o tema 'Ativo Imobilizado', marque a alternativa correta:

- a) Caso a empresa tenha toda a produção em um só local, ela não poderá fazer na contabilidade a segregação em subcontas por departamento ou seção para fins de controle e alocação da depreciação.
- b) O terreno onde está sendo construída uma nova unidade ainda não em operação e os terrenos sem uma destinação definida devem estar no grupo de Imobilizado em Andamento.
- c) Devem ser incluídas como parte do custo das obras civis as instalações hidráulicas e elétricas.
- d) Os custos de recondicionamento das peças ou conjuntos substituídos devem ser classificados no Imobilizado.
- e) Os veículos de uso direto na produção, como empilhadeiras e similares, podem ser registrados na conta Equipamentos.

146. O valor registrado no Patrimônio Líquido da empresa MAVIFOR S.A. era, em determinada data, R\$ 1.000.000,00. A empresa Sorvetes S.A. adquiriu, nessa data, 60% das ações com direito

a voto da MAVIFOR S.A. pagando o preço total de R\$ 1.300.000,00 e passando a deter o seu controle. O valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da MAVIFOR S.A. era, nessa mesma data, R\$ 1.200.000,00.

O valor reconhecido no grupo Investimentos do balanço individual da empresa Sorvetes S.A. na data da aquisição foi, em reais,

- a) 600.000,00.
- b) 780.000,00.
- c) 1.000.000,00.
- d) 1.200.000,00.
- e) 1.300.000,00.

147. Determinada empresa adquiriu, em 31/12/2019, uma máquina por R\$ 200.000,00, à vista. A vida útil estimada pela empresa para a máquina, na data da aquisição, era 4 anos e o valor residual estimado em R\$ 20.000,00. Em 31/12/2020, a empresa reavaliou a vida útil remanescente da máquina para 5 anos e reestimou o valor residual, no final da nova vida útil, em R\$ 5.000,00. A empresa adota o método das quotas constantes para o cálculo da despesa de depreciação. Em 31/12/2021, a empresa realizou o teste de *impairment* e, para isto, obteve as seguintes informações sobre a máquina:

- Valor em uso: R\$ 140.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 115.000,00.

Com base nestas informações, o valor contábil da máquina apresentado no Balanço Patrimonial da empresa, em 31/12/2021, foi, em reais,

- a) 120.000,00.
- b) 125.000,00.
- c) 140.000,00.
- d) 115.000,00.

e) 135.000,00.

148. A empresa Comércio Industrial Ltda. comprou 10 latas de tinta pelo valor de R\$ 100,00, tributadas com IPI de 5% e ICMS de 12%. Pagou entrada de 20% e aceitou duas duplicatas mensais de igual valor.

Após efetuar o competente lançamento contábil, é correto afirmar que, com essa operação, os estoques da empresa sofreram aumento no valor de

- a) R\$ 1.120,00
- b) R\$ 1.050,00
- c) R\$ 1.000,00
- d) R\$ 930,00
- e) R\$ 880,00

149. Uma empresa contratou os serviços de uma transportadora pelo prazo de um ano e o valor total do contrato negociado foi R\$ 600.000,00. O contrato foi assinado em 01/09/2019, entrou em vigor imediatamente, sendo que o volume mensal a ser transportado já estava estabelecido em cláusula contratual e era constante durante todo prazo contratado. A empresa efetuará o pagamento do valor total no final do prazo do contrato, e este somente poderá ser rescindido antecipadamente com o pagamento integral do valor contratado, sem qualquer desconto.

Os valores evidenciados na Demonstração do Resultado de 2019 e os saldos das contas do Balanço Patrimonial em 31/12/2019, decorrentes do contrato assinado e efetivado em 01/09/2019, foram:

- a) Despesa com Transporte = R\$ 200.000,00; Contas a pagar = R\$ 600.000,00 e Despesas Antecipadas = R\$ 400.000,00.
- b) Despesas com Transporte = R\$ 200.000,00 e Despesas Antecipadas = R\$ 200.000,00.

c) Despesa com Transporte = R\$ 200.000,00 e Contas a pagar = R\$ 200.000,00.

d) Despesa com Transporte = R\$ 200.000,00; Contas a pagar = R\$ 200.000,00 e Despesas Antecipadas = R\$ 400.000,00.

e) Despesas Antecipadas = R\$ 600.000,00 e Contas a pagar = R\$ 600.000,00.

150. Analise os itens seguintes:

- I. A Escrituração Contábil Digital (ECD) é parte integrante do projeto SPED e tem por objetivo a substituição da escrituração em papel pela escrituração transmitida via arquivo, ou seja, corresponde à obrigação de transmitir, em versão digital o Livro Diário, o Livro Razão e o Livro de Apuração do Lucro Real.
- II. Toda atividade econômica configura atividade empresarial.
- III. Admite-se a escrituração resumida do Diário, com totais que não excedam o período de trinta dias, relativamente a contas cujas operações sejam numerosas ou realizadas fora da sede do estabelecimento, desde que utilizados livros auxiliares regularmente autenticados, para registro individualizado, e conservados os documentos que permitam a sua perfeita verificação.
- IV. A entidade deve reconhecer receitas quando (ou à medida que) a entidade satisfizer à obrigação de performance ao transferir o bem ou o serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente. O ativo é considerado transferido quando (ou à medida que) o cliente obtiver o controle desse ativo.

Estão corretos apenas os itens:

- a) I e II.
- b) III e IV.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) I, III e IV.

CONTABILIDADE AVANÇADA E DE CUSTOS

Silvio Sande

151. A Cia. Altamira recebeu em janeiro de 20x3 um terreno do Governo do Estado para construção de uma fábrica de motocicletas, que irá criar empregos diretos e indiretos e incentivar o desenvolvimento da região. No termo de transferência, o valor informado do terreno foi de R\$ 6.5 milhões, mas a Cia. Altamira apurou que o valor justo do terreno era de R\$ 9.8 milhões. A construção da fábrica durou dois anos, a partir do recebimento do terreno. Após a conclusão da obra, a fábrica entrou em operação, cujo período é estimado em 25 anos.

De acordo com as orientações do CPC 07 (R1), a Cia. Altamira deve:

- a) apresentar uma subvenção governamental, de R\$ 6,5 milhões, como receita diferida no passivo;
- b) reconhecer uma receita de subvenção, de R\$ 6,5 milhões, quando do recebimento do terreno por se tratar de um item não monetário;
- c) reconhecer uma receita de subvenção, de R\$ 9,8 milhões, ao longo do tempo de operação da fábrica;
- d) registrar uma subvenção no Patrimônio Líquido, de R\$ 6,5 milhões, por se tratar de subvenção para investimento;

- e) registrar uma subvenção no Patrimônio Líquido, de R\$ 9,8 milhões, como Reserva de capital.

152. A Cia. Comercial Santarém adquiriu produtos para revenda e desembolsou os seguintes valores:

– Valor total dos produtos adquiridos: R\$ 1.200.000,00

– Valor total do seguro:R\$ 60.000,00

No valor total dos produtos adquiridos estavam inclusos:

– Tributos recuperáveis:R\$ 140.000,00

– Tributos não recuperáveis:R\$ 100.000,00

A Cia. Comercial Santarém revendeu metade dos produtos adquiridos por R\$ 1.600.000,00, concedendo 10% de desconto pelo pagamento à vista. Sobre o valor da venda houve a incidência de ICMS no valor de R\$ 240.000,00, a Cia. pagou comissão para os vendedores no valor de R\$ 20.000,00 e arcou com o pagamento do frete para entrega dos produtos vendidos no valor de R\$ 18.000,00. Com base nessas informações, o valor do lucro bruto apurado pela Cia. Comercial Santarém, em relação à transação realizada foi, em reais,

- a) 556.000,00
- b) 580.000,00
- c) 600.000,00
- d) 620.000,00
- e) 640.000,00

153. A Cia. Marabá adquiriu, em 31/12/2018, um equipamento por R\$ 1.360.000,00 à vista. Na data da aquisição, a Cia. estimou a vida útil econômica deste equipamento em 20 anos e o valor residual em R\$ 160.000,00. Em 31/12/2019, após o reconhecimento da depreciação referente ao ano de 2019, a Cia. reavaliou a vida útil do equipamento para 10 anos e reestimou o valor residual para R\$ 100.000,00. Com base nestas informações sabendo que a empresa utiliza o método das cotas constantes para calcular a despesa com depreciação, o valor da Depreciação Acumulada evidenciado no Balanço Patrimonial da Cia. Marabá, em 31/12/2020, foi, em reais, de

- a) 140.000,00.
- b) 157.500,00.
- c) 168.000,00.
- d) 135.000,00
- e) 170.000,00.

154. A Cia. Redenção obteve, em 01/12/2019, um empréstimo para financiar sua expansão. O valor do empréstimo foi R\$ 30.000.000,00 e o pagamento para sua liquidação integral (principal e juros) ocorrerá em 30/11/2020. A taxa de juros compostos negociada foi 12% a.a. e os custos incorridos e pagos para a obtenção deste empréstimo foram de R\$ 200.000,00. Se o empréstimo é mensurado pelo método do custo amortizado, o seu reconhecimento no Balanço Patrimonial da Cia. Redenção, em 01/12/2019, provocou um aumento líquido total de

- a) R\$ 28.000.000,00, no passivo.

- b) R\$ 29.800.000,00, no passivo.
- c) R\$ 30.000.000,00, no passivo.
- d) R\$ 30.000.000,00, no ativo.
- e) R\$ 30.000.000,00 no passivo e uma redução no patrimônio líquido de R\$ 200.000,00.

155. A Companhia A possui 90% do patrimônio líquido da Companhia B e, portanto, tem influência significativa para definir sua estratégia de gestão.

Sabe-se que, em 31/12/2017, o Balanço Patrimonial individual da Companhia A apresentou um saldo com investimentos permanentes na Companhia B, no valor de R\$ 1.560.000,00.

Em 2018, a Companhia B obteve um lucro líquido no valor de R\$ 600.000,00. Sabe-se que a Assembleia de Acionistas da Companhia B decidiu por distribuir, após a constituição da reserva legal, 35% dos lucros auferidos no período.

Considerando as informações apresentadas no texto, a Demonstração de Resultado do Exercício individual da Companhia A, no exercício de 2018, apresentou

- a) dividendos a receber, no valor de R\$ 513.000,00.
- b) receita de dividendos, no valor de R\$ 513.000,00.
- c) receita de dividendos, no valor de R\$ 540.000,00.

d) receita de equivalência patrimonial, no valor de R\$ 513.000,00.

e) receita de equivalência patrimonial, no valor de R\$ 540.000,00.

156. No processo de apresentação de transações em moeda estrangeira na moeda funcional, de acordo com o CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, os itens monetários em moeda estrangeira e os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em moeda estrangeira, ao término de cada período de reporte, devem ser convertidos usando-se, respectivamente,

a) a taxa de câmbio de fechamento e a de fechamento.

a) a taxa de câmbio vigente na data de transação e a vigente na data de transação.

b) a taxa de câmbio de fechamento e a vigente na data de transação.

d) a taxa de câmbio vigente na data de transação e a de fechamento.

e) a taxa de câmbio nas datas em que o valor justo tiver sido mensurado.

157. Podemos afirmar que na contabilidade de custos, os custos fixos são

a) fixos em qualquer nível de produção ao longo da existência da empresa.

b) decrescentes, por unidade produzida, na medida em que a empresa ocupa um maior percentual de sua capacidade instalada.

c) crescentes, por unidade produzida, na medida em que a empresa reduz seu nível de ociosidade.

d) decrescentes, por unidade produzida, na medida em que a empresa reduz seu nível de utilização da capacidade instalada.

e) fixos, por unidade produzida, independente da quantidade produzida.

158. A metalúrgica Gela Bem Ltda. fabrica geladeiras, cujo preço de venda é R\$ 2.000,00. O Custo Fixo por unidade produzida é R\$ 300,00 e o Custo Variável por unidade produzida é R\$ 700,00. Sobre o Preço de Venda incide 20,0% de impostos e 5,0% de comissão.

Com base somente nessas informações, qual o valor da Margem de Contribuição por unidade vendida?

a) R\$ 500,00.

b) R\$ 900,00.

c) R\$ 800,00.

d) R\$ 1.200,00.

e) R\$ 1.000,00.

159. Uma empresa produz e vende exclusivamente um produto. Seu preço de venda é de R\$ 500,00 e a soma de seus custos e despesas variáveis unitários é de R\$ 300,00.

Os custos fixos da empresa, em março de 2021, foram de R\$ 30.000,00 e as despesas administrativas de R\$ 15.000,00.

Além disso, os sócios exigem da empresa lucro líquido de R\$ 75.000,00.

Assinale a opção que indica o ponto de equilíbrio econômico da empresa, em março de 2021, considerando alíquota de imposto sobre a renda e contribuição social de 25%.

- a) R\$ 725.000,00.
- b) R\$ 362.500,00.
- c) R\$ 158.333,33.
- d) R\$ 186.111,11.
- e) R\$ 408.333,33.

160. Entre os métodos de custeio industrial atuais, o conceito de custo baseado em atividades que procura reduzir sensivelmente as distorções provocadas pelo rateio arbitrário dos custos indiretos é:

- a) custeio por absorção.
- b) custeio direto.
- c) custeio padrão.
- d) custeio RKW.
- e) custeio ABC.

AUDITORIA

Tonyvan Carvalho e Guilherme Sant'Anna

161. Nos termos das normas de auditoria vigentes, assinale a opção que indica o objetivo da auditoria em relação à entidade auditada.

- a) Assegurar a viabilidade futura.

b) Comprovar a eficiência com a qual a administração conduziu os negócios.

c) Aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários.

d) Garantir que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

e) Opinar sobre a eficácia do controle interno e a compatibilidade de um relatório separado da administração junto com as demonstrações contábeis.

162. Com relação ao plano de auditoria, analise os itens a seguir:

I. a natureza, a época e a extensão dos procedimentos planejados de avaliação de risco;

II. a natureza, a época e a extensão dos procedimentos adicionais de auditoria planejados no nível de afirmação;

III. a natureza, a época e a extensão dos recursos necessários para realizar o trabalho;

IV. outros procedimentos de auditoria planejados e necessários para que o trabalho esteja em conformidade com as normas de auditoria.

Assinale a alternativa que contenha os aspectos que devem ser descritos no plano de auditoria.

a) II, apenas.

b) I e II, apenas.

c) I, II e IV, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

163. De acordo com a NBC TA 315 (R1), o ambiente de controle estabelece o tom da organização, influenciando a consciência de controle de suas pessoas. O ambiente de controle abrange elementos que podem ser relevantes na obtenção de seu entendimento. Sendo assim, NÃO é um elemento do ambiente de controle relacionado na referida norma:

- a) Comunicação, integridade e valores éticos.
- b) Compromisso com a competência.
- c) Filosofia e estilo operacional da administração.
- d) Atribuição de autoridade e responsabilidade.
- e) Políticas públicas.

164. O auditor deve aplicar o conceito de materialidade adequadamente para o planejamento e para a execução da auditoria. Com base NBC TAs, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Ao estabelecer a estratégia global de auditoria, o auditor deve determinar a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo.
- b) A materialidade determinada no planejamento da auditoria estabelece necessariamente um valor acima do qual as distorções não corrigidas, individualmente ou em conjunto, serão sempre avaliadas como não relevantes.
- c) O auditor deve determinar a materialidade para execução da auditoria com o objetivo de avaliar os riscos de distorções relevantes e determinar natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

d) Ao planejar a auditoria, o auditor exerce julgamento sobre as distorções que são consideradas relevantes.

e) A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional.

165. De acordo com as NBC TAs, o auditor deve aplicar procedimentos de avaliação de riscos para fornecer uma base para a identificação e avaliação de riscos de distorção relevante nos níveis das demonstrações contábeis e das afirmações. Analise as afirmativas a seguir quanto aos procedimentos de avaliação de riscos:

- I. Os procedimentos de avaliação de riscos por si só fornecem evidências de auditoria apropriada e suficiente para suportar a opinião da auditoria.
- II. Os procedimentos de avaliação de riscos incluem procedimentos analíticos, bem como indagações à administração.
- III. Os procedimentos de avaliação de riscos incluem indagações a outras pessoas na entidade que, no julgamento do auditor, possam ter informações com possibilidade de auxiliar na identificação de riscos de distorção relevante causados por fraude ou erro.
- IV. O auditor deve considerar se as informações obtidas no processo de aceitação ou continuidade do cliente são irrelevantes para a identificação de riscos de distorção relevante.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.

- c) Apenas I e II.
- d) Apenas II e III.
- e) I, II, III e IV.

166. Atribuir a pessoas diferentes as responsabilidades de autorizar e registrar transações, bem como manter a custódia dos ativos, destinando a reduzir as oportunidades que permitam a qualquer pessoa estar em posição de perpetrar e de ocultar erros ou fraudes no curso normal das suas funções é a definição de qual atividade de controle nos termos da NBC TA 315 (R1)?

- a) Revisões de desempenho.
- b) Processamento de informações.
- c) Controle funcional.
- d) Segurança de registros.
- e) Segregação de funções.

167. O item 13, da NBC TA 200(R1), trata de alguns termos e seus respectivos significados para auditoria: a respeito destes termos usados na Auditoria, marque a alternativa INCORRETA:

- a) Evidências de auditoria são as informações utilizadas pelo auditor para fundamentar suas conclusões em que se baseia a sua opinião.
- b) A adequação da evidência de auditoria é a medida da quantidade da evidência de auditoria; isto é, sua relevância e confiabilidade no fornecimento de suporte às conclusões em que se baseia a opinião do auditor.

c) Risco de auditoria é o risco de que o auditor expresse uma opinião de auditoria inadequada quando as demonstrações contábeis contiverem distorção relevante.

d) O risco de auditoria é uma função dos riscos de distorção relevante e do risco de detecção.

e) Risco de detecção é o risco de que os procedimentos executados pelo auditor para reduzir o risco de auditoria a um nível aceitavelmente baixo não detectem uma distorção existente que possa ser relevante, individualmente ou em conjunto com outras distorções.

168. Com referência aos riscos envolvidos em uma auditoria, assinale a opção correspondente àqueles que não são afetados pelo trabalho do auditor.

- a) risco residual e risco de detecção
- b) risco de auditoria e risco de amostragem
- c) risco de auditoria e risco de detecção
- d) risco de distorção relevante e risco de amostragem
- e) risco inerente e risco de controle

169. As evidências obtidas pelo auditor, devidamente compiladas, são denominadas documentação de auditoria (anteriormente chamadas de papéis de trabalho). Os prazos, respectivamente, para a elaboração do arquivo final e para a retenção dessa documentação, após a data do relatório, são:

- a) 60 dias e 5 anos.

- b) 90 dias e 5 anos.
- c) 120 dias e 5 anos.
- d) 60 dias e 60 meses.
- e) 90 dias e 60 meses.

170. Durante um trabalho de auditoria, um auditor executou um procedimento para avaliar se a atividade de recepção e conferência de itens adquiridos para estoque era realizada por um funcionário adequado. O procedimento executado pelo auditor foi um teste:

- a) de abrangência;
- b) de inspeção;
- c) de observância;
- d) de revisão analítica;
- e) documental.

171. A NBC TA 530 trata da Amostragem em auditoria e se aplica quando o auditor independente decide utilizar amostragem na execução de procedimentos de auditoria. Com base nesta norma, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O nível de risco de amostragem que o auditor está disposto a aceitar afeta o tamanho da amostra exigido. Quanto menor o risco que o auditor está disposto a aceitar, menor deve ser o tamanho da amostra.
- b) O tamanho da amostra pode ser determinado mediante aplicação de fórmula com base em estatística ou por meio do exercício do julgamento profissional.

c) O objetivo do auditor, ao usar a amostragem em auditoria, é o de proporcionar uma base razoável para o auditor concluir quanto à população da qual a amostra é selecionada.

d) Unidade de amostragem é cada um dos itens individuais que constituem uma população.

e) A amostragem em auditoria pode ser aplicada usando tanto a abordagem de amostragem não estatística quanto a estatística.

172. No caso de a administração de uma entidade alterar as demonstrações contábeis em função de evento subsequente, o auditor independente deve mencionar o fato em seu relatório, novo ou reemitido, com referência à nota explicativa que esclarece a alteração. Essa menção deve ser feita em parágrafo

- a) de base para opinião com ressalva.
- b) de ênfase ou outros assuntos.
- c) de abstenção de opinião.
- d) de não modificação.
- e) de parecer adverso.

173. Em geral, os relatórios de auditoria apresentam a opinião do auditor. Assim, quando o auditor for incapaz de obter evidência de auditoria suficiente e apropriada acerca de certos itens do objeto auditado, que podem ser relevantes, mas não generalizados, ele deve emitir uma opinião:

- a) adversa;
- b) com abstenção;

- c) com ressalvas;
- d) não modificada;
- e) com parágrafo de ênfase.

174. Com relação à auditoria na escrituração fiscal digital (EFD) e na nota fiscal eletrônica (NFe), julgue os itens a seguir.

I. O leiaute do arquivo digital da EFD definido em Ato COTEPE será estruturado por dados organizados em blocos, de forma a identificar perfeitamente a totalidade das informações, sem a necessidade de detalhar os registros.

II. O procedimento de validação e assinatura deverá ser efetuado após o envio do arquivo ao ambiente nacional do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED.

III. A recepção do arquivo digital da EFD implicará no reconhecimento da veracidade e legitimidade das informações prestadas, nem na homologação da apuração do imposto efetuada pelo contribuinte.

IV. Após concedida a Autorização de Uso da NF-e, a administração tributária da unidade federada do emitente tem a opção de transmitir a NF-e para a RFB.

Quais estão corretos?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas I e II.
- d) Apenas II e III.
- e) Nenhum.

175. O contribuinte do ICMS-IPI deverá utilizar a EFD para efetuar a escrituração dos seguintes livros fiscais, com exceção do:

- a) Livro Registro de Entradas.
- b) Livro Registro de Saídas.
- c) Livro Registro de Inventário.
- d) Livro Registro de Apuração do IPI e ICMS.
- e) Livro Razão.

ECONOMIA

Amanda Aires

176. Uma diminuição na demanda de um determinado bem de Giffen, pode ser causada por

- a) um aumento na renda dos consumidores.
- b) um aumento nos custos de produção.
- c) um aumento no preço do bem.
- d) uma queda no preço do bem.
- e) uma mudança favorável nas preferências ao bem Y.

177. Ao analisar a Teoria da Firma, temos a expressão escala de produção, que é o ritmo de variação da produção, respeitada certa proporção de combinação entre os fatores. Diante disto, analise as afirmativas abaixo e assinale Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () Lei dos Rendimentos Crescentes acontece ao aumentar-se a quantidade de um fator variável, permanecendo a quantidade dos demais fatores fixos, a produção, inicialmente, crescerá a taxas crescentes; a seguir, depois de certa quantidade utilizada do fator variável, passará a crescer a taxas decrescentes; continuando o incremento

da utilização do fator variável, a produção voltará a crescer.

() A lei dos rendimentos crescentes de escala ocorrem quando a variação na quantidade do produto total é menos do que proporcional à variação da quantidade utilizada dos fatores de produção.

() A influência das relações dimensionais é uma causa muito comum de rendimentos decrescentes de escala: se o diâmetro de um tubo é dobrado, o fluxo de água que passa por ele mais do que dobra.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V, F, F
- b) V, V, V
- c) F, V, V
- d) F, F, V
- e) V, F, V,

178. O regime cambial adotado por certo país é o de câmbio fixo, e sua economia é aberta ao comércio exterior e à movimentação de capitais financeiros externos. Suponha que o país esteja inicialmente em pleno emprego e com o balanço de pagamentos equilibrado.

Em uma situação de plena mobilidade dos capitais financeiros internacionais, a política monetária restritiva tende, a curto prazo, a

- a) Aumentar as reservas internacionais do país.
- b) reduzir as taxas de juros internacionais.
- c) aumentar as importações de bens e serviços, com impactos positivos sobre a balança comercial.
- d) aumentar a taxa de inflação.
- e) reduzir a taxa de desemprego.

179. No caso da armadilha da liquidez:

- a) A política fiscal tem efeito máximo já que não existe o efeito crowding out.
- b) A política monetária tem efeito máximo e, portanto, não afeta a taxa de juros.
- c) A política fiscal não tem efeito máximo e existe o efeito deslocamento.
- d) A política fiscal tem efeito máximo e, portanto, afeta a taxa de juros por meio do efeito deslocamento.
- e) A política monetária tem efeito máximo e existe o efeito crowding out.

180. Considere uma pequena economia aberta com câmbio flutuante, plena mobilidade de capitais e política monetária com controle quantitativo da oferta de moeda. Nessa situação,

- a) a taxa de câmbio é unicamente determinada pelas condições do mercado monetário com amplos efeitos do mercado de bens e serviços.
- b) a expansão fiscal é inteiramente neutralizada pela retração das exportações associada a uma expansão das importações.
- c) a expansão dos gastos públicos é eficaz em estimular a atividade econômica.
- d) a expansão fiscal melhora o saldo do balanço de pagamentos.
- e) Não existem diferenças entre a economia aberta ou fechada no que diz respeito ao multiplicador keynesiano dos gastos.

Preencha seu gabarito

<https://bit.ly/Simulado-Final-Sefa-PA-Auditor>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
